

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP

Relatório da Administração 2022

INTRODUÇÃO

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia o transporte entre os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e mais de 30 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

1. GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO

1.1. POR REGIÃO

- *Região Metropolitana de São Paulo*

A RMSP é composta por 39 municípios que são interligados por 532 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 3.528 ônibus (fonte: Gerências Regionais). Em 2022 foram transportados na RMSP cerca de 396,5 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento nessa região possui 7.416 veículos cadastrados na Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2022, no sistema Regular, foram realizadas 7.725 fiscalizações em campo, mais de 50 mil fiscalizações eletrônicas e 19,5 mil inspeções de frota, nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

Na RMSP está em operação o Corredor Metropolitano ABD (São Mateus – Jabaquara), além da extensão Diadema-Morumbi com 45 km de faixas (33 km exclusivas e 12 km compartilhadas) para ônibus, e o Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi), com 15,6 km de extensão, sendo cerca de 12 km de faixa exclusiva para ônibus.

O Corredor Itapevi – São Paulo está em fase de implantação, sendo que os terminais Carapicuíba, Luiz Bortolosso (Km 21) e Vila Yara (Amador Aguiar) já estão em operação.

Atualmente todas as cinco áreas da Região Metropolitana de São Paulo possuem o serviço regular de ônibus em regime de Concessão. As concessionárias que operam na RMSP são as seguintes:

Região	Concessionária	Objeto	Municípios
Área 1 Sudoeste	Intervias	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.
Área 2 Noroeste	Anhanguera	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba.
Área 3 Nordeste	Internorte	Linhas Regulares (Comuns, Seletivas e Sist. Aeroporto)	Arujá, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel.
Área 4 Leste	Unileste	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.
Área 5 Sudeste	NEXT	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas) Corredor São Mateus Jabaquara e extensão Diadema-Brooklin	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo.

Por meio do Termo Aditivo nº13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (“NEXT Mobilidade”), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária, assumidas na sua totalidade até 26 de março de 2022 pela Concessionária.

CARTÃO TOP

O cartão TOP foi implementado em 2021 contribuindo para a modernização dos meios de pagamento dos transportes coletivos. Pela primeira vez, uma plataforma agregará e integrará funções de pagamento de transporte, débito e crédito e, futuramente, diversos outros serviços de relevância ao cidadão.

O ano de 2022 foi marcado pelo fim da transição entre o Bilhete Ônibus Metropolitano - BOM e o TOP: as recargas no cartão BOM não podem ser mais feitas, no entanto poderá ser utilizado até o fim do saldo residual existente.

O cartão TOP é aceito nas linhas do Metrô, da CPTM e em todas as linhas da EMTU desde março de 2022. Ainda, no primeiro semestre de 2022 passou a ser aceito nas linhas municipais de Rio Grande da Serra. Posteriormente, outros municípios passaram a aceitar essa forma de pagamento: Taboão da Serra e Arujá, Cotia, São Roque e Ibiúna (linhas suburbanas).

Matéria publicada pela imprensa em agosto de 2022 destacou a expressividade do novo cartão: são mais de 1,2 milhões de cartões TOP emitidos, mais de 1,3 milhões de cadastros no aplicativo TOP e os Bilhetes Digitais QR Code utilizados no transporte já ultrapassam 185 milhões de unidades vendidas.

Fonte: <https://diariodotransporte.com.br/2022/08/16/plataforma-top-alcanca-numeros-importantes-e-caminha-para-consolidacao-no-dia-a-dia-dos-passageiros-do-transporte-publico-paulista/#:~:text=Hoje%2C%20n%C3%BAmeros%20expressivos%20j%C3%A1%20comprovam,185%20milh%C3%B5es%20de%20unidades%20vendidas.>

BRT ABC

Em fevereiro de 2022, foi dada autorização pelo Governo para o início das obras do BRT ABC que é um sistema rápido de ônibus elétricos, que conectará a região do Grande ABC à capital e beneficiará cerca de 173 mil pessoas por dia com investimento de R\$ 860 milhões.

Este BRT será uma conexão entre os municípios de São Paulo, São Caetano, São Bernardo do Campo e Santo André, operada com ônibus elétricos. A implantação está a cargo da concessionária NEXT Mobilidade, com gerenciamento da EMTU/SP.

Tendo em vista subsidiar a EMTU/SP na fiscalização das obras deste empreendimento, em novembro foi homologada empresa para prestar apoio nessa atividade, dentre outras funções.

No dia 4 do mesmo mês, o BRT ABC recebeu a Licença de Instalação da CETESB. Desde então, a 1ª fase das obras foi iniciada, correspondendo ao trecho do Terminal São Bernardo até a Avenida Lauro Gomes, no cruzamento com a Avenida Winston Churchill.

NOTÍCIAS

O Governo do Estado autorizou em 2022 o início das obras do viaduto Carapicuíba, que integra o Corredor Metropolitano Itapevi-São Paulo e que liga o Terminal de Carapicuíba ao Terminal Luiz Bortolosso (km 21).

No campo da inspeção, houve inovações com o objetivo de oferecer mais transparência às atividades de inspeção. A EMTU/SP implantou QR Codes em 50% da frota dos ônibus regulares que operam nas Regiões Metropolitanas da Baixada Santista, Campinas, São Paulo, Sorocaba e Vale do Paraíba. É possível encontrar o selo com o código na lateral direita dos veículos urbanos. Nos fretados, rodoviários, vans e micro-ônibus utilizados na operação da RTO – Reserva Técnica Operacional, o selo é afixado na porta.

Outra ação de grande relevância foi a alteração nos itinerários de linhas metropolitanas em consequência da inauguração da Estação Vila Sônia, da Linha 4-Amarela. O Terminal Vila Sônia passou a receber linhas gerenciadas pela EMTU/SP, desse modo foram necessárias adaptações

de itinerário, com finalidade de melhorar as condições de trânsito e a fluidez do transporte, seguindo a reorganização do sistema metropolitano e possibilitando acesso mais rápido à rede metroferroviária.

- *Região Metropolitana da Baixada Santista*

A RMBS é formada por 9 cidades e por elas circulam 59 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 468 ônibus (fonte: Gerências Regionais) e 22 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) que em 2022 transportaram cerca de 56,8 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMBS conta com 1.121 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2022, no sistema Regular, foram realizadas 4.736 fiscalizações em campo, cerca de 400 fiscalizações eletrônicas e 2,6 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Esse consórcio será responsável também pela operação dos trechos Conselheiro Nébias–Valongo (Santos), que teve obras iniciadas em 2020 e Barreiros-Samaritá (São Vicente), que está em fase contratação dos Projetos Executivos e aguardando emissão da LP – Licença Prévia.

VLT

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Porto de Santos possui 11,5 km de extensão e 15 Estações de Embarque e Desembarque. Em 2022, esse sistema transportou cerca de 6,4 milhões de passageiros.

A operação conta com o total de 22 veículos (VLTs) operacionais e o intervalo entre partidas no horário de pico é de 8 minutos.

Com o avanço das obras do VLT, surgiram muitas oportunidades de emprego. Até junho eram mais de 560 profissionais trabalhando na segunda fase do VLT. Em junho foram abertas 90 vagas, em julho 30, em agosto 12 e mais 24 vagas em setembro.

NOTÍCIAS

Em abril foi assinado Termo de Cooperação Técnica (001/2022) para execução de obras de melhoria pelo município de Santos no Túnel José Menino, integrante do Trecho 1 do VLT.

Em 13 de junho, durante a agenda do Governo na Área, em Santos, o Governador de São Paulo, autorizou a publicação do edital de licitação das obras da Ponte dos Barreiros, que dará início à implantação do terceiro trecho do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). Com 650 metros de extensão, a Ponte dos Barreiros liga a região insular à área continental de São Vicente e tem papel fundamental no deslocamento dos moradores da região e no desenvolvimento econômico do município. Nesse mesmo mês foi assinado também o Convênio de Cooperação Técnica (002.2022) com o município de São Vicente (junho), para implantação das obras do trecho 3 do VLT, entre o Terminal Barreiros e o Pátio Samaritá. Isso permitirá iniciar o processo de licitação visando a contratação das obras.

Já o Contrato 017/2022 para a elaboração do Projeto executivo e execução das obras da nova valeta de inspeção veicular na Regional da Baixada Santista, em Santos, foi assinado em dezembro.

- *Região Metropolitana de Campinas*

A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 149 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 323 ônibus (fonte: Gerências Regionais) que em 2022 transportaram cerca de 31,1 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.249 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2022, no sistema Regular, foram realizadas aproximadamente 5.100 fiscalizações em campo, 283 fiscalizações eletrônicas e 11,9 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Biléo Soares que possui 31,7 km de extensão, sendo 20,9 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste, área que concentra aproximadamente 70% das viagens na RMC.

O Consórcio Bus+ é o responsável pela operação das linhas, manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

NOTÍCIAS

Em outubro a EMTU concluiu as obras para implantação do estacionamento do Complexo Prisional Campinas - Hortolândia, lindeiro ao Corredor Vereador Biléo Soares, na Região Metropolitana de Campinas. Essa obra ajudou na diminuição do fluxo de veículos parados na avenida que interferem na fluidez do Corredor Metropolitano Biléo Soares.

- *Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte*

A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 75 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 368 ônibus (fonte: Gerências Regionais) que transportaram, em 2022, aproximadamente 15,6 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMVPLN conta com 1.823 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2022, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 3.500 fiscalizações em campo, 72 fiscalizações eletrônicas e aproximadamente 5 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

NOTÍCIAS

Em 17 de janeiro, foi autorizado um aumento de 65 viagens em linhas que operam na área 2 (Osasco e região). O acréscimo nos serviços 022, 061, 133, 492, 528, 557 e 819 beneficiou cerca de 16 mil passageiros. Na região do Vale do Paraíba / Litoral Norte, a linha 5316, que liga Aparecida (Centro) a Guaratinguetá (Centro), ganhou 39 partidas desde o dia 21/01, beneficiando cinco mil usuários.

Para atender aos universitários do Vale do Paraíba, desde 23 de fevereiro a linha 5111 (Caçapava (Terminal Rodoviário de Caçapava) - Taubaté (Terminal Rodoviário Urbano João Francisco dos Santos) teve suas partidas ampliadas até às 23h, beneficiando cerca de 1.100 pessoas por dia.

- *Região Metropolitana de Sorocaba*

A RMS é composta por 27 municípios. Nessa região operam 87 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo que são operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 153 ônibus (fonte: Gerências Regionais). Em 2022, cerca de 9,2 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano.

O Serviço de Fretamento na RMS conta com 1.842 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2022, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 1.300 fiscalizações em campo, 11 fiscalizações eletrônicas e mais de 2,6 mil inspeções de frota nos dois sistemas Regular e Fretamento.

NOTÍCIAS

Em maio, a EMTU autorizou aumento de sete viagens em dias úteis na linha 6206, que opera entre os municípios de Salto e Itu, beneficiando cerca de 2 mil usuários.

A partir de agosto a EMTU retomou a operação da linha 6312 que estava suspensa desde o início da pandemia. O serviço opera de segunda a sexta-feira com 14 partidas de Votorantim até a região central de Sorocaba.

Em outubro a EMTU concluiu as obras provisórias do pátio de estocagem de veículos da Região Metropolitana de Sorocaba. Essa obra proporcionou melhoria nas instalações de armazenamento do pátio de veículos apreendidos da regional de Sorocaba.

1.2. DADOS GERAIS DO SISTEMA REGULAR

- **Passageiros transportados** (jan-dez/22)

Região Metropolitana	Passageiros/milhões
RMSP	396,45
RMBS	56,77
RMC	31,13
RMVPLN	15,62
RMS	9,18
Total Geral	509,15

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet

- **Características da frota cadastrada – Sistema Regular** (dez/22)

Região Metropolitana	Idade Média da Frota	Veículos com Acessibilidade	Total da Frota
RMSP	6,82	3.509	3.714
RMBS (*)	1,80	468	468
RMBS (**)	6,73	22	22
RMC	6,17	310	323
RMVPLN	7,05	178	368
RMS	10,32	102	153
TOTAL	-	4.589	5.048

RMBS (*) – ônibus RMBS (**) – VLT

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet

RENOVAÇÃO DA FROTA

Entre janeiro e dezembro de 2022, os consórcios e as permissionárias adquiriram 442 novos ônibus para atender a população. Destes, 264 são veículos 0km, 100% com acessibilidade universal, trazendo maior grau de conforto aos usuários. Há um esforço crescente por parte da EMTU/SP e da STM em aumentar o percentual da frota com esse perfil de qualidade dos ônibus.

Alguns pontos positivos merecem destaque:

- 1) No sistema Regular da RMSP, em 2012, eram 04 ônibus (0,1%) com USB disponível aos usuários; em 2020, o número subiu para 459 (9,5%) e, em 2022, 803 (19,3%) ônibus circulando com esse dispositivo.

- 2) Em 2012 apenas 4 veículos (0,1%) dispunham de *wi-fi*. Já em 2022, o número subiu para 262 ônibus (6,3%); Apesar de ainda ser baixo, o número aponta para um crescimento desse sistema tão demandado pelos usuários.
- 3) A quantidade de ônibus dotados de ar-condicionado na RMSP, passou de 262 em 2011, para 1.678 em 2022. Na Região do Vale do Paraíba, eram 33 veículos em 2013 e agora, em 2022, são 145 veículos. Na RMBS, aumentou 194% o número de ônibus com ar-condicionado: passou de 16 em 2011 para 47 em 2022.
- 4) Na RMBS, os últimos 126 veículos receberam letreiro eletrônico atingindo agora 100% da frota dispõe dessa tecnologia.
- 5) Na RMS, o número de veículos com assentos destinados a idosos aumentou de 38 em 2015 para 119 em 2022, ou seja, 81,5% da frota planejada.
- 6) No sistema fretamento, em 2010, havia apenas 6 carros dispondo do DPM - Dispositivo Poltrona Móvel, e agora em 2022, há 1.259. O DPM posiciona a poltrona preferencial do lado de fora, permitindo ao passageiro com mobilidade reduzida embarcar e desembarcar com mais conforto. Já o DTA - Dispositivo de Transferência Auxiliar, que atende às questões de acessibilidade, disponível em apenas 02 veículos em 2014, agora está presente em 568 carros em 2022.

1.3. OUTROS SERVIÇOS

Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Seletivo e corredores de ônibus de média capacidade, a EMTU/SP é responsável pelos seguintes serviços:

RTO (Reserva Técnica Operacional) - serviço especial de característica complementar ao serviço Regular, que opera na RMSP com 186 veículos de baixa capacidade (até 20 passageiros).

Ponte ORCA Zoo (Operador Regional de Coletivo Autônomo) - transporte especial operado por micro-ônibus, facilitando o acesso direto dos visitantes ao Parque Zoológico de São Paulo. No Terminal Metropolitano Jabaquara os passageiros podem comprar o ingresso para o parque e a passagem de ônibus, no quiosque instalado na Plataforma A.

A operação é feita por 3 (três) micro-ônibus com pintura temática e capacidade para transportar 20 pessoas por viagem.

Entre janeiro e dezembro de 2022, foram realizadas 16.843 viagens transportando 179.782 pessoas.

Fretamento Metropolitano – é uma modalidade de transporte realizada por empresas regularmente constituídas e registradas na STM que transportam pessoas para destinos pré-estabelecidos, dentro das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com contrato específico, itinerário pré-definido. Os serviços são classificados como contínuo, eventual, próprio e escolar. A EMTU/SP é responsável pela inspeção e fiscalização de 17,5 mil veículos, entre ônibus rodoviários e micro-ônibus.

Airport Bus Service – ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com destino aos Aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, com ligações a pontos estratégicos da capital paulista: Terminais Rodoviários do Tietê e da Barra Funda e Circuito dos Hotéis Paulista/Augusta. As três linhas executivas são operadas por ônibus rodoviários com poltronas reclináveis de alto padrão, sistema *wi-fi*, tomadas de energia, mesa para laptops, ar-condicionado e toalete.

1.4. INSPEÇÃO DE FROTA

A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de cerca 5 mil ônibus cadastrados no Sistema Regular (Comum e Seletivo), 514 micro-ônibus do Serviço SEC Ligado e 186 carros da

Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerencia e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 17,5 mil veículos desse serviço.

O trabalho de fiscalização de campo é realizado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e *tablets* que oferecem redução no tempo para apreensão de veículos

O manual de inspeção técnica veicular foi atualizado e agora nossa equipe verifica 928 itens relacionados à segurança e manutenção dos veículos. Mais que o dobro da versão anterior, na qual eram inspecionados 436 pontos.

Além disso, a EMTU/SP implantou selos com QR Code para acesso às informações referentes à inspeção dos veículos.

Em 2022, houve um crescimento de 17% na quantidade de inspeções, em relação às 36 mil realizadas no ano anterior.

- **Quantidade de inspeções de frota** (jan-dez/22)

Região Metropolitana	Sistemas Regular e Fretamento		
	2021	2022	Crescimento
RMS	17.129	19.626	15%
RMBS	2.550	3.359	32%
RMC	9.895	11.974	21%
RMVPLN	4.568	5.035	10%
RMS	2.189	2.692	23%
TOTAL	36.331	42.686	17%

Fonte: Relatório de Gestão Operacional – intranet / Gerências Regionais

1.5. CENTRO DE GESTÃO E SUPERVISÃO - CGS

Em 2022, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS respondeu a 4.745 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de itinerário. Realizou 289 edições de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 255 atualizações, 34 correções e 10 criações de linhas. Foram registradas ainda 288.209 ocorrências operacionais, atendidas 29 operações no PAESE – Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência e 05 autuações às empresas permissionárias e concessionárias.

1.6. AÇÕES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL

As ações de planejamento operacional correspondem ao esforço da EMTU/SP em aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes metropolitanos.

A reorganização dos itinerários de linhas metropolitanas em consequência da inauguração da Estação Vila Sônia, da Linha 4-Amarela foi um dos fatos que necessitou da dedicação da equipe da EMTU/SP.

No período janeiro a dezembro de 2022, foram realizadas 1.209 intervenções para ajustes no planejamento operacional das linhas de todas as regiões. A tabela a seguir discrimina a quantidade de ajustes realizados por tipo de intervenção.

Intervenções	Total das RMs
TABELA HORÁRIA	350
ITINERÁRIO	330
FROTA	265
TERMINAL	90
INTEGRAÇÃO	71
DENOMINAÇÃO	63
TECNOLOGIA	19
PARALISAÇÃO/CANCELAMENTO	9
CRIAÇÃO/INCLUSÃO	8
TRANSFORMAÇÃO	4
TOTAL	1.209

Fonte: Relatório de Gestão Operacional

1.7. MONITORAMENTO DA QUALIDADE

O **Índice de Qualidade da Satisfação do Cliente – IQC**, juntamente com os indicadores de operação, frota e aspectos econômico-financeiros, é parte integrante do Índice de Qualidade do Transporte - IQT e vem sendo aplicado desde o ano de 2005. As análises comparativas ao longo da história possibilitam a EMTU/SP definir procedimentos operacionais de planejamento que são repassados aos concessionários do sistema visando a melhoria dos serviços prestados. O IQC¹ é obtido através da avaliação individual dos passageiros em relação à qualidade percebida dos serviços de transporte metropolitano sob gerenciamento da EMTU, por meio de aplicação de pesquisas com questionário estruturado junto a esses serviços.

Durante os anos de 2020 e 2021, as pesquisas que dão base ao IQC foram paralisadas em virtude da pandemia da COVID-19. Portanto, não há resultado do IQC nesses anos.

Vale ressaltar que em 2018 o IQC foi realizado em todas as regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU e em 2019, devido a restrições orçamentárias, não foi possível realizar o levantamento na RMS e RMVPLN.

Em 2022, a pesquisa foi realizada em todas as regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU, inclusive RMS e RMVPLN.

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IQC	5,19	5,26	6,95	6,94	-	-	7,14

¹ A partir de 2018 a metodologia de apuração foi alterada visando simplificar o processo de atualização e a leitura do indicador. Assim, quando o índice de 2019 informa o valor de 6,94, significa que 69,4% dos entrevistados avaliam o serviço prestado pelo sistema metropolitano com sendo ótimo ou bom, revelando um bom índice de aprovação.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

2.1. PASSAGEIRO ESPECIAL

- SEC – Serviço Especial Conveniado – LIGADO

Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Entre janeiro e dezembro de 2022, o Ligado realizou cerca de 1,7 milhão de atendimentos, mais do que dobrando a quantidade de atendimentos realizados em 2021. Em dezembro de 2022, havia 5.386 usuários cadastrados no sistema (963 na RMC e 4.386 na RMSP). Todos os veículos, totalmente adaptados para pessoas com deficiência, são monitorados via satélite, sendo 85 na RMC e 429 na RMSP. Os alunos transportados estudam em 1.090 unidades escolares, 170 na RMC e 920 na RMSP, e fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de instituições conveniadas e/ou credenciadas pela SEE.

- Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES

Em 2022, com a retomada gradual do atendimento normal nos Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES, foram emitidos **60.050** benefícios (Carteira de Identificação do Passageiro Especial – CIPES), para garantir a isenção do pagamento da tarifa às pessoas com deficiência nas linhas de ônibus das cinco Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. A carteira é entregue nas duas unidades do CAPES em São Paulo e em Campinas onde temos o atendimento presencial, ou por intermédio das Unidades de Saúde nas demais Regiões Metropolitanas, devido ao atendimento ser indireto. O processo de emissão da carteira é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde – UBS - cadastradas na EMTU/SP nas cidades das cinco Regiões Metropolitanas do Estado.

Carteiras emitidas em 2022	
Total	60.050

Em 2000, o CAPES iniciou o atendimento presencial para emissão do benefício da gratuidade. Desde a sua inauguração, foram registrados mais de 520 mil cadastros a pessoas com deficiência. Atualmente são atendidas mais de 400 pessoas por dia no local.

Durante o ano de 2022, houve a sequência do Treinamento Continuado aplicado aos profissionais de todas as UBSs cadastradas, por meio de palestras e treinamentos com esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde responsáveis pelo primeiro atendimento aos usuários Pessoa com Deficiência - PcD.

Foi realizada uma parceria com a Prefeitura de Praia Grande na RMBS que cedeu uma sala para atendimento direto aos munícipes no Terminal Tatico e também houve o credenciamento do Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba na RMS para emissão dos laudos às PcDs da região. No Município de São José dos Campos na RMVPLN, também foi realizado uma parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, para encaminhamento à EMTU/SP, das Pessoas com Deficiência – PcD, que são cadastradas naquela unidade para a emissão do benefício. O objetivo é facilitar o acesso ao benefício a todos os deficientes que têm direito e interesse em obter o benefício da gratuidade.

2.2. PASSAGEIRO ESCOLAR

O benefício do Passe Escolar é oferecido a estudantes e professores de escolas localizadas nas regiões metropolitanas com isenção total ou desconto de 50% no pagamento da tarifa da linha metropolitana nos trajetos intermunicipais, compreendendo o deslocamento residência-escola e vice-versa.

Em 2022, 13.561 escolas estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, das quais 7.963 instituições (58,72%) estavam localizadas na RMSP, conforme tabela a seguir.

RM	QTDE. INSTITUIÇÕES
RMSP	7.963
RMBS	839
RMC	1.021
RMVPLN	2.155
RMS	1.583
TOTAL	13.561

Fonte: DAC - Departamento de Arrecadação

- **Benefícios do Passe Escolar:**

Meia Tarifa – desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da tarifa autorizada das linhas intermunicipais da EMTU/SP a estudantes e professores, desde que atendam aos requisitos para obtenção do benefício.

Passe Livre – consiste na isenção integral no pagamento da passagem dos ônibus da EMTU/SP a estudantes bolsistas do programa PROUNI - Programa Universidade para Todos; estudantes financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES; estudantes integrantes do Programa Bolsa Universidade - Programa Escola da Família; estudantes atendidos por programas governamentais de cotas sociais; estudantes “Baixa Renda”, que são aqueles que comprovem renda familiar “per capita” inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional, além de estudantes dos ensinos fundamental e médio, apenas de escolas públicas. Professores não têm direito a este benefício. Em 2022, foram realizadas 4.781.704 viagens pelos estudantes beneficiados com o Passe Livre nas 04 (quatro) regiões metropolitanas². Destaca-se que houve um significativo aumento de 230,54% em relação a 2021, quando foram realizadas 1.446.616 de viagens com o Passe Livre, em razão do grande recomeço após longo período crítico da pandemia (2020-2021). O acumulado no período 2015-2022 foi de 84,6 milhões de viagens com 100% de desconto na tarifa.

- **Benefícios concedidos**

O número de benefícios concedidos pela EMTU/SP entre janeiro e dezembro de 2022 nas 05 (cinco) regiões metropolitanas foi de 97.801, dos quais 47.135 (48,19%) com isenção total (Passe Livre) no pagamento da tarifa (exclusivamente a estudantes) e 50.666 (51,81%) com desconto de 50% no valor da passagem do ônibus (estudantes e professores). No mesmo período, houve 123.665 solicitações de Passe Escolar, das quais 79,09% foram atendidas pela EMTU/SP, em razão de as demais não comprovarem os requisitos mínimos para obtenção do benefício.

² São consideradas apenas 4 RM's pois a RMBS possui uma política de ressarcimento de gratuidades específica, conforme Contrato de Concessão Patrocinada STM 02/2015

Região	Passes Livres	Meia Tarifa	Total
RMSP	33.122	38.883	72.005
RMBS	6.557	5.152	11.709
RMC	2.338	2.533	4.871
RMVPLN	2.342	2.537	4.879
RMS	2.776	1.561	4.337
TOTAL	47.135	50.666	97.801

Fonte: DAC - Departamento de Arrecadação

2.3. PASSAGEIRO IDOSO

O acesso gratuito dos idosos com mais de 65 anos ao sistema metropolitano de transporte da EMTU/SP está previsto no Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

O cartão TOP Sênior permite que o idoso realize o embarque pela porta dianteira do ônibus e, ao aproximar o cartão do validador, passe pela catraca, realizando o desembarque pela porta traseira do veículo, o que permite ao passageiro mais opções de lugares no ônibus.

No entanto, o uso do cartão Sênior não é obrigatório. O acesso ao sistema metropolitano da EMTU/SP pode ser realizado também por meio de qualquer documento pessoal com foto que faça prova da sua idade.

VOLTA DA GRATUIDADE PARA PESSOAS COM 60 A 65 ANOS

Em dezembro de 2022 foi publicada a Lei Estadual 17.611/2022, que garante gratuidade para todos os idosos com idades entre 60 e 65 anos na rede metropolitana de transporte, abrangendo os sistemas da EMTU/SP, trens e metrô.

O benefício já havia sido implementado em 2014, mas desde o início de 2021 estava suspenso. A partir da publicação da Lei, buscou-se detalhar o funcionamento deste benefício, portanto ele não teve liberação de uso ainda em 2022.

2.4. RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Campanhas

O ano de 2022 foi o ano da retomada das atividades de *marketing* da EMTU, o ano que possibilitou realizar mais e melhores atividades para nossos passageiros e colaboradores. A quarentena durante a pandemia impediu a realização de diversos eventos, mas, ainda assim, graças a vacina, em 2022 quase 300 ações puderam acontecer nos terminais metropolitanos.

Na área da saúde destacamos entre elas: janeiro branco (conscientização sobre saúde mental), fevereiro roxo (conscientização sobre lúpus, fibromialgia e mal de Alzheimer), maio amarelo (segurança no trânsito), agosto laranja (conscientização sobre esclerose múltipla) e agosto lilás (violência contra mulheres), setembro amarelo (prevenção ao suicídio), outubro rosa (prevenção ao câncer de mama), novembro azul (prevenção ao câncer de próstata) e dezembro vermelho (prevenção ao HIV/Aids).

Na luta contra o coronavírus, nos terminais metropolitanos houve distribuição de máscaras, vacinação e testes gratuitos da Covid-19. Apoiamos campanhas de conscientização sobre a violência contra a mulher, incluindo Laço Branco e 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Ações em respeito à diversidade sexual, sobre o autismo, saúde mental, dignidade menstrual, consciência negra e contra o abuso de crianças e adolescentes também se fizeram presentes. Realizamos ações sobre o dia do amor, a semana internacional da mulher, o dia do consumidor, o mês de combate a obesidade e a tuberculose, dia dos namorados, dia do sexo, dia mundial de prevenção da síndrome alcoólica fetal, Semana Nacional de Trânsito, Semana Senac de Leitura e o Circuito Campinas de Saúde.

Recebemos a Operação Praia Segura, ações de combate à dengue, exposições fotográficas, atrações musicais, mutirão da catarata, vacinação contra a gripe, campanhas de adoção de cães e doação de sangue, e apoiamos eventos como o Bus Brasil Fest e a corrida ICESP Run pela saúde e luta contra o câncer.

Tudo foi possível graças ao apoio de dezenas de parceiros como: Corpo de Bombeiros, Instituto Psiu, Nepsar, IBGE, Secretaria de Trânsito de Diadema, Cia. Sopa de Comédia, Prefeitura de Carapicuíba, Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont, Centro de Cidadania LGBTI Édson Néri, Sest Senat, Escola PROZ, Uvis Vila Mariana, Escola de Enfermagem ABC “Myrthes Silva”, Projeto Artístico e Cultural Raios de Sol, Renato e banda, Instituto Sautec, Procon, Amor se doa, SAS Brasil, Capes São Mateus, Instituto Cultural Barong, Bem Querer Mulher, CTA, Cão Sem Dono, Embeleze, Associação Rosa Mulher, Mary Kay, ONG Girassol do Bem, Associação Leide das Neves, Instituto São Paulo de Ação Voluntária, Sociedade de Pediatria de São Paulo, Senac, ONG Viva Melhor, Unip, ICESP, Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social e ONG Amor se Doa.

- **Atendimento aos clientes e comunidades**

Em 2022, a Ouvidoria e a Central de Atendimento ao Cliente, entre ligações telefônicas e outras formas de comunicação (cartas, internet, fax, etc.) realizaram mais de 87 mil atendimentos e deste total 79,41% estavam relacionados a solicitações de informações.

As principais solicitações continuam sendo sobre Passe Escolar, Serviços das Linhas Intermunicipais e Itinerários. Reclamações e/ou denúncias representaram 18,01% dos atendimentos, enquanto 2,58% dos contatos foram realizados para encaminhar sugestões e elogios. Os clientes podem entrar em contato com a EMTU/SP por meio do formulário eletrônico, disponibilizado no site da empresa, por formulário impresso, por carta, fax, pessoalmente – na unidade de São Bernardo do Campo ou pelo número **0800 724 0555**.

Item	Descrição	Quantidade	Participação em % no total de atendimento
Informações	Passe Escolar	25.261	29,02
	Serviços das linhas intermunicipais	13.724	15,77
	Itinerário	6.545	7,52
	Horário	6.626	7,61
	Outras*	16.971	19,49
Subtotal – Informações		69.127	79,41
Demandas	Sugestões e Elogios	2.242	2,58
	Reclamações e/ou denúncias	15.682	18,01
Subtotal – Demandas		17.924	20,59
TOTAL		87.051	100

(*) Cart.Pass.Especial, endereço, greve, serviços, integração, isenção tarifária, passe desempregado, telefone, passe idoso, Ligado e vale transporte.

- **Redes Sociais, Internet e Imprensa**

Redes Sociais - Com a retomada após o período de isolamento por conta da Pandemia, nossas redes sociais seguem se fortalecendo como ferramentas de comunicação com os passageiros. No Instagram, por exemplo, houve um aumento de 50,48% no número de seguidores em comparação com o ano de 2021. Os números em 2022 dos seguidores nas redes sociais da EMTU são: Instagram - 17.059 seguidores, Twitter - 64.157 seguidores, Facebook – 39.558 seguidores, YouTube - 3.685 inscritos e LinkedIn - 10.295 seguidores.

Internet - Em 2022, o site da EMTU recebeu o acesso de 3,6 milhões de usuários e 65,5 milhões de visualizações.

Aplicativo – Com o aplicativo “EMTU Oficial” (Android e IOS), os passageiros do Sistema de Transporte Metropolitano podem consultar o itinerário e a localização dos ônibus intermunicipais. As principais funcionalidades do sistema possibilitam conferir as linhas gerenciadas pela EMTU/SP e sua operação em tempo real, como rotas, valor de tarifa, tempo estimado de percurso etc. Apenas em 2022, foram realizados 548 mil *downloads*, sendo mais de 3,4 milhões desde a sua criação.

Imprensa - A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa das cinco Regiões Metropolitanas também facilitou a relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos de interesse geral.

- **Comunicação com Usuários**

Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou folhetos, banners, totens, livretos, cartazes e informativos em todas as regiões metropolitanas.

Atendimento via WhatsApp – Assim como ocorria com o Cartão BOM desde 2020, os passageiros das linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU/SP permanecem contando com o atendimento via WhatsApp referente ao Cartão TOP e à compra de bilhetes digitais também. O autoatendimento pode ser realizado durante 24h por dia. Outros atendimentos podem ser realizados de segunda a sexta, das 8h às 20h.

2.5. MEIO AMBIENTE

- **Acompanhamento da Gestão Ambiental do Sistema de Transporte Público Metropolitano**

O contrato de concessão com a NEXT Mobilidade prevê a remessa, da concessionária à EMTU/SP, de uma série de informações de caráter ambiental que são analisadas para definição do desempenho ambiental das garagens, conforme metodologia desenvolvida no Programa STAQ - Transporte Sustentável e Qualidade do Ar, no âmbito do convênio de cooperação técnica firmado entre a EMTU/SP e a ANTP. As análises tiveram início em 2022 e como resultado foi gerado relatório colaborativo para a empresa concessionária no sentido de identificar melhores práticas que possam propiciar a otimização de seu desempenho ambiental, buscando melhoria da eficiência energética, economia na utilização de recursos naturais e a redução das emissões de poluentes.

- **Programa ConscientizAR**

O programa “Conscientizar” avalia, por meio do Opacímetro, a fumaça liberada pelo escapamento dos ônibus metropolitanos. Tem por objetivo orientar as empresas operadoras do Sistema Metropolitano de Transportes sobre pneus (Regular e Fretamento) sobre a importância de se manter motores dos veículos regulados e o uso de combustível adequado, diminuindo assim a emissão de material particulado na atmosfera e contribuindo com o meio ambiente.

Em 2022 a EMTU/SP foi inscrita no Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos Diesel - PMMVD da CETESB - ficando autorizada a emitir Relatórios de Medição de Opacidade - RMO, documento que comprova a conformidade dos veículos em programas de gestão de frotas e podem ser utilizados, também, para obtenção na redução de valores de multas junto à CETESB.

Em 2022, após o período crítico da Covid-19, foram retomadas as medições de forma mais consistente, resultando em 11.287 medições de opacidade, com uma aprovação de 64,21%.

Região Metropolitana	Inspeções	Índice de Aprovação
RMSP	5.620	49,43%
RMBS	1.128	98,49%
RMC	2.702	75,68%
RMVPLN	1.088	74,82%
RMS	749	66,76%
Total	11.287	64,22%

Fonte: Gerências Regionais

2.6. AÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI)**

A Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno – ACI, em 2022, realizou a revisão da Matriz de Riscos da EMTU/SP, resultando em uma matriz de 7 principais riscos, cujo acompanhamento será realizado a partir de 2023.

- **Tecnologia da Informação**

Adequação à LGPD -

Em dezembro, foi encaminhado o Relatório Diagnóstico de Dados e Informações LGPD da EMTU/SP pela Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação (SSCTI), que definirá os próximos passos para adequação da EMTU/SP à LGPD.

Bate papo Digital – Foi realizado bate papo digital “Os desafios da implantação da LGPD nas Estatais e o papel dos DPOs nessa jornada”, com participação dos DPOs da CPTM, do Metrô e da EMTU/SP.

- **Recursos Humanos**

Educação no Trabalho - A EMTU, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, iniciou em agosto de 2022 as inscrições e prova *on-line* para preenchimento de 62 novas vagas de estágio em seis municípios do estado de São Paulo. O processo de contratação foi encerrado em 29 de setembro. Em dezembro, constavam no quadro da empresa 29 estagiários de nível superior.

Aprendiz – em atendimento ao Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, por intermédio do CIEE, da RASC e do ESPRO, em dezembro de 2022, a empresa contava com dezoito Aprendizes.

Treinamento – Até o mês de dezembro de 2022, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 4.637 horas de treinamento, apresentando a média de 40,71 horas/homem. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 17.049,44 representando uma média per capita de R\$ 6,30. Ainda sob os efeitos da pandemia de Covid-19, os treinamentos tiveram maior enfoque na modalidade EAD, destacando-se o significativo número de colaboradores que realizaram os cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP sob temas como Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos,

Habilidades de Resolução de Problemas e Nova Lei de Licitações - Gestão Contratual, além dos Cursos EAD desenvolvidos internamente sobre a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e sobre o Código de Conduta e Integridade de que abrange a todos os colaboradores da empresa.

2.7. AÇÕES CONTRA COVID-19

Realização de testes e vacinação - Por meio de parceria entre EMTU e a Secretaria de Saúde de Carapicuíba, foram realizados testes gratuitos para detecção de COVID-19 no Terminal Metropolitano Carapicuíba no período entre 23 de fevereiro e 1 de abril. Mais de 590 pessoas foram testadas.

Ainda, houve campanha de vacinação da COVID-19 e da gripe no mesmo terminal no período entre 27 de junho e 1 de julho.

Uso de máscaras - A partir do dia 9 de setembro, o uso de máscara contra COVID-19 deixou de ser obrigatório no metrô, trens e ônibus de São Paulo. No entanto, devido ao aumento do número de casos no mês de novembro, o Governo e a Prefeitura de São Paulo tornaram novamente obrigatório o uso de máscaras no transporte público a partir do dia 26.

3. CORREDORES METROPOLITANOS E VLT (em operação)

3.1. CORREDOR SÃO MATEUS-JABAQUARA (Corredor ABD) (33 km) e Extensão Diadema–Brooklin (12 km)

O Corredor ABD em operação desde 1988, liga o bairro de São Mateus, zona leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona sul, passando por quatro municípios do ABC Paulista: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema. São 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus com rede aérea para os trólebus, 9 terminais de integração. Posteriormente o corredor recebeu uma extensão de mais 12 km que, a partir do Terminal Diadema, segue para a região da Av. Berrini em São Paulo. A utilização dessa extensão, que não é eletrificada, é compartilhada com os ônibus da SPTrans. No município de São Paulo atende a Estação Brooklin da Linha 5-Lilás do Metrô e Estações Berrini e Morumbi da CPTM, com integração tarifária e mais 5 estações de transferência. Com isso as 12 linhas metropolitanas desse corredor metropolitano de 45 km de extensão total, atendem em média 5,5 milhões de passageiros por mês, ou mais de 250 mil pessoas dia/útil.

Desde maio de 1997, a operação de todo sistema está a cargo do Consórcio ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (antes Metra, agora Next) sob regime de concessão.

SERVIÇOS

O Corredor ABD conta ainda com serviços de “Achados e Perdidos”, “Farmácia Dose Certa”, e bicicletários nos Terminais Jabaquara, São Bernardo do Campo, São Mateus e Santo André Oeste.

MELHORIAS

Dentro das premissas de melhorar a conectividade da rede de transporte e das condições básicas de integração, conforto, segurança e acessibilidade ao transporte, a EMTU/SP está acompanhando as obras de melhoria realizadas pela NEXT Mobilidade, tais como a troca do piso de concreto do corredor.

3.2. CORREDOR GUARULHOS - SP (TUCURUVI) (12,3 km)

O Corredor Guarulhos–São Paulo (Tucuruvi, região norte da capital paulista) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na porção nordeste da RMSP. Atualmente está em operação o trecho de 15,6 km, dos quais cerca de 12 km são de faixa exclusiva para ônibus. Conta com 3 terminais de ônibus (Taboão, Cecap e Vila Galvão) e 19 estações de parada. Com integração

tarifária, os passageiros contam também como uma linha metropolitana que percorre toda a sua extensão até estações do Metrô e da CPTM.

- **Trecho Vila Galvão-Estação Tucuruvi do Metrô (4,5 km)**

O Projeto Executivo para esse trecho passará por revisão para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovia ao longo do traçado. Deverá ser solicitada a continuidade do licenciamento ambiental desse trecho com a obtenção de nova LP – Licença Ambiental Prévia e LI – Licença Ambiental de Instalação.

3.3. CORREDOR ITAPEVI - SP (22,7 km)

O traçado de 22,7 km do Corredor Metropolitano Itapevi-SP, começa na Estação de Transferência de Itapevi, junto à estação da Linha 8 da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba, terminando na divisa entre Osasco e São Paulo no Terminal Amador Bueno (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

- **Trecho Itapevi – Jandira (5 km)**

Este primeiro trecho do corredor entregue em março de 2018, com 5 km de extensão e viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e uma alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSP. Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 – Diamante da CPTM, propiciando mais segurança aos passageiros. Esse trecho do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira.

- **Trecho Jandira – Terminal Carapicuíba (8,8 km)**

As obras do sistema viário desse trecho foram concluídas em setembro de 2020 com 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal de Guerra, Antônio João, Vítório Fornazaro, Sta. Terezinha e Presid. Vargas. Neste trecho também foi construído e entregue em 15 de junho de 2021 o Terminal Metropolitano de Carapicuíba, que faz integração com a estação Carapicuíba da CPTM e o sistema municipal, em 6 plataformas cobertas.

- **Trecho Terminal Carapicuíba – Osasco Km 21 (2,2 km)**

Nesse trecho, o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco) está em plena operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes deste trecho viário, como a construção do viaduto Carapicuíba para transposição da Linha 8 da CPTM, foram iniciadas em 2022 após a liberação de área ocupada às margens da ferrovia por parte da prefeitura, e obtenção da Licença de Instalação (LI).

- **Trecho Osasco km 21 – Terminal Vila Yara (divisa Osasco-SP) (6,7 km)**

O primeiro contrato para obras nesse quarto trecho contemplou a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara) e as obras foram iniciadas em março de 2018 e entregues em fevereiro de 2021.

O projeto executivo do trecho, concluído em 2013, passou por atualizações de inserção de algumas estações de embarque, em consonância ao pleiteado pela Prefeitura Municipal de Osasco, e foi elaborado o Termo de Referência para a contratação das obras. Os trâmites para contratação estão em andamento, aguardando autorização para publicação. Este trecho de corredor já possui Licença Ambiental Prévia e a Licença de Instalação só poderá ser solicitada após emissão das DUPs.

3.4. CORREDOR VEREADOR BILÉO SOARES (NOROESTE) (31,7 km)

Atualmente, o corredor possui extensão total de 31,7 km de viário exclusivo, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total, 20,9 km já concluídos são de faixa exclusiva para ônibus. Campinas conta com 3,8 km de

faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, 1 Estação de Transferência e mais 2 paradas com elevador, Paradas Alberto Sarmiento e Balão do Tavares. Em Hortolândia, além dos 8,3 km de faixa exclusiva e 10 paradas, há o Terminal Hortolândia e mais 1 Estação de Transferência Pinheiros. Esse trecho conta ainda com mais 0,6 km da ponte estaiada construída pela Prefeitura, e 2 alças de acesso à SP-101 sobre a ferrovia. Em Sumaré a população conta com 1 Estação de Transferência Km 101 – Maria Antônia, próximo à rodovia Anhanguera, portanto fora do eixo do corredor, porém importante para organizar as linhas da região. Em Nova Odessa há 5,7 km de faixa exclusiva e 1 Estação de Transferência Nova Odessa. Em Americana há 1,7 km de faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano de Americana e 1 Estação de Transferência Amizade. Em Santa Bárbara D'Oeste, a população conta com o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, a Estação de Transferência Pinheiros e 6,2 km de faixa exclusiva.

- **Trecho Nova Odessa–Americana-Sta. Bárbara D'Oeste (24,3 km)**

Concluído em dezembro de 2018, esse trecho inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e “obras de arte” (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros). Em março de 2018 foram entregues 5 km de faixas exclusivas para ônibus entre Americana e Santa Bárbara D'Oeste e as Estações de Transferência Amizade e São Paulo em Santa Bárbara D'Oeste. Em dezembro desse ano foi concluído com a construção de 2,9 km de viário (totalizando 7,9 km de corredor exclusivo entregue em 2018) envolvendo o prolongamento da Av. São Paulo, Av. Laura Santos, em Santa Bárbara D'Oeste com ciclovia, serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização viária. Ocorreram adequação do sistema viário nas avenidas Pérola Byington, Floriano Peixoto e Tiradentes, implantação de oito Estações de Embarque e Desembarque uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledos, duas travessias em galerias nos Córregos Mollon e Giovanetti e o Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolini, em Nova Odessa.

Está em análise na CETESB a solicitação da LO – Licença Ambiental de Operação para o empreendimento.

- **Trecho Hortolândia – Sumaré – Campinas (5,4 km)**

Esse trecho do corredor abrange parte da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia) e já operam a Estação de Transferência Pinheiros e as Paradas Parque Hortolândia, Remanso Campineiro, Parque Gabriel e Emancipação, todas em Hortolândia, e a Estação Maria Antônia (km 110 da Rodovia Anhanguera), em Sumaré.

As obras remanescentes foram iniciadas em março de 2018 e terminadas entregues em 2021. As obras incluíram duas alças de acesso à SP-101, sobre a ferrovia, as estações de embarque e desembarque Peron, Rosolém, Conjunto Habitacional, Panaino, Novo Ângulo, Nova América e Ataliba Nogueira, em Hortolândia, e a Parada II na Av. Lix da Cunha, em Campinas.

3.5. VLT - SIM DA BAIXADA SANTISTA

O SIM - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por Veículo Leve sobre Trilhos - VLT denominada 'Complexo Geraldo Volpe' e de linhas metropolitanas de ônibus que atendem aos nove municípios da RMBS.

- **Trecho São Vicente (Barreiros) – Porto (Santos) (11,5 km)**

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista, que liga o Terminal Barreiros, em São Vicente, ao Porto, em Santos, foi entregue no dia 31/01/2017. A operação parcial começou em abril de 2015.

Com 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente, iniciou atendendo diariamente cerca de 27 mil pessoas da região.

O trecho conta com um Pátio de Estacionamento e Manobras para apoio à circulação dos VLTs, localizado junto à Estação Terminal Barreiros, capaz de abrigar 6 veículos. Essa estação possui ainda um bicicletário para 100 unidades e um edifício de apoio para o uso dos condutores de 164 m² de área, com sala administrativa e banheiros.

O Pátio de Manutenção e Estacionamento, localizado na região do Porto de Santos, tem capacidade para 33 VLTs e conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e de retificação de rodas. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações – CCO do VLT, instalado em prédio com três pavimentos e 3.050 m² de construção e abriga sala com 9 consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para o controle da operação dos veículos, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros e segurança das vias e estações. A Gerência Regional da EMTU/SP na Região Metropolitana da Baixada Santista também está instalada no prédio do CCO.

- **Trecho 2 Conselheiro Nébias – Valongo (Santos) (8 km)**

O novo trecho do VLT, chamado de Segunda Fase ou Trecho 2 Conselheiro Nébias-Valongo, teve o edital de obras aprovado pelo Governo do Estado no final de março de 2018 e ligará a Linha 1 Barreiros-Porto, a partir da estação Conselheiro Nébias, até a região central de Santos, no bairro Valongo. A Ordem de Serviço para o início das obras foi assinada no dia 24 de setembro de 2020.

Serão mais 8 km de extensão, 12 estações de embarque. A estimativa é de que com a construção desse trecho o VLT passe a transportar 70 mil passageiros por dia. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já foram contratados para esta ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.

Em setembro de 2020 a Licença de Instalação (LI) foi emitida pela CETESB e autorizado o início da obra. No mesmo período foram iniciadas as desapropriações com liberação das áreas em 2021.

- **Trecho 3 Barreiros – Samaritá (São Vicente) (7,5 km)**

Os projetos básicos desse trecho com suas 4 (quatro) estações de embarque e o Pátio Samaritá foram concluídos. Está em andamento o processo de contratação dos Projetos Executivos para o trecho. Em relação às licenças ambientais, em 30/12/2021 foi protocolado junto à CETESB o pedido para a emissão da LP - Licença Prévia. O trecho conta ainda com o reforço e ampliação da Ponte “A Tribuna”, que liga a parte continental à insular de São Vicente, o processo para contratação das obras está em andamento na EMTU/SP.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No encerramento do exercício de 2022, as demonstrações financeiras e os fluxos de caixa demonstram que a EMTU/SP, apesar dos efeitos negativos remanescentes da pandemia, manteve sua condição de empresa não dependente, sem a necessidade de subvenções do Governo do Estado.

A empresa conseguiu equilibrar suas receitas e despesas mesmo com uma queda da demanda de passageiros atualmente com uma média de 82% do valor pré-pandemia, nas cinco regiões metropolitanas gerenciadas pela companhia. O equilíbrio foi sustentado pela organização das contas, regularização de processos e redução de despesas administrativas.

A EMTU iniciou o ano de 2022 com R\$ 11,3 milhões e encerrou o ano de 2022 com disponibilidade de recursos, somente próprios, de R\$ 38,9 milhões sem deixar de pagar todos os seus fornecedores regularmente. Cabe lembrar também que a empresa encerrou o ano sem nenhum passivo oneroso com nenhuma instituição bancária.

A empresa também regularizou seus processos de registro e depreciação de ativos trazendo maior clareza às suas demonstrações financeiras da real situação econômica da empresa. Para efeito de comparação a empresa havia encerrado o ano de 2019 com o prejuízo contábil de R\$ 56 milhões e encerrou o ano de 2022 com o resultado contábil positivo de R\$ 15,9 milhões.

Outro evento importante ocorreu em dezembro de 2022 quando foi dada autorização para a regularização de CNAEs da EMTU/SP, passando a empresa, a partir de 2023, a ser identificada não mais como uma empresa pública operadora de transportes, mas como uma empresa pública

reguladora de atividade econômica. Tal ajuste dos CNAE's, regularizam institucionalmente as atribuições da companhia e poderá gerar outros benefícios, inclusive tributos previdenciários.

A apuração do resultado está devidamente detalhada nas Notas Explicativas e nos diversos relatórios que compõem o encerramento do exercício de 2022.

4.1. REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2022

- **Receitas Próprias / Despesas de Custeio**

Aproximadamente 72% das receitas operacionais da EMTU são diretamente relacionadas à demanda do transporte de passageiros, que apresentou uma queda considerável logo no início da pandemia, da ordem de 70%. Isso causou perdas financeiras significativas, superiores a R\$ 60 milhões, de março/20 (início da pandemia) a dezembro/21, e que foram absorvidas pelo saldo disponível de caixa da empresa.

Em 2022 a EMTU, assim como todo o setor produtivo e de serviços, apresentou uma melhora em relação ao cenário causado pela pandemia, sendo que os níveis de transporte de passageiros atingiram um percentual de 90% em comparação ao que se transportava no período pré-pandemia. Isso fez com que a EMTU começasse um processo de recuperação, graças a ações estabelecidas pela Direção, e pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, podendo assim manter a sua solvência e os pagamentos dos fornecedores em dia, sem recorrer a recursos de Terceiros ou do Estado, e fechando o ano de 2022 com o saldo disponível de recursos próprios em caixa em torno de R\$ 38,8 milhões.

- **Investimentos – Realizado 2022**

Os Investimentos orçados para 2022 contaram com uma dotação inicial de recursos de R\$ 145,1 milhões referentes à LOA 2022 (nº 17.498, de 29/12/2021), e R\$ 334,3 milhões de Restos a Pagar de outros exercícios, totalizando uma dotação de R\$ 479,4 milhões. Foram disponibilizados, durante o exercício de 2021, R\$ 136,9 milhões com recursos da Fonte 1 – Tesouro do Estado e da Fonte 006 – DREM (Desvinculação de Receitas - Estados e Municípios), referentes à Restos a Pagar de exercícios anteriores, totalmente utilizados, representando 100% de realização do recebido pela EMTU/SP (Fonte 1–GESP / Fonte 6–DREM).

A EMTU/SP iniciou o exercício de 2022 com saldo de exclusivo para investimentos no valor de R\$ 3,98 milhões e encerrou o ano com saldo positivo de R\$ 2,67 milhões.

Para mais informações referentes aos recursos disponibilizados pelo Estado (Fonte 1) e em quais Ações Orçamentárias tais recursos foram alocados, consulte o Plano de Negócios EMTU – 2022 acessando o site da EMTU/SP: www.emtu.sp.gov.br, aba Institucional, item Governança Corporativa.

- **Investimentos – Previsto 2023**

Para o exercício de 2023, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R\$ 293,3 milhões, aprovada pela LOA 2023 nº 17.614, de 26/12/2022. Considerando que o valor oriundo da fonte 1 foi contingenciado em 50%, restaram R\$ 85,1 milhões, referentes à fonte 1 e R\$ 123,1 milhões referentes à fonte 7, exclusivos para financiamento das obras do Corredor Itapevi-SP, e SIM da Baixada (VLT). Esse montante, somado aos valores de saldo inicial de recursos – R\$ 2,67 milhões e R\$ 251,94 milhões, relativos aos Restos a Pagar/2019, 2020, 2021 e 2022, perfazem o total disponível de R\$ 462,83 milhões, que serão destinados a dar continuidade ao Programa 3706- Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU EM MARCHA, sob responsabilidade da EMTU/SP, conforme previsto no Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado de São Paulo.

5. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com fundamento no artigo 5º, inciso IV, item b, do Decreto 64.219, de 06 de maio de 2019, e no artigo 11, §1º, item 1, do Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, em sua Deliberação CODEC Nº 04 de 29 de novembro de 2019, estabeleceu as diretrizes para avaliação dos administradores das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo.



BALANÇO PATRIMONIAL
(Expresso em R\$ mil)

ATIVO

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	4	2.077	1.640
Aplicações Financeiras	4	42.805	16.419
Contas a Receber	5	41.535	31.176
Créditos Fiscais a Recuperar		611	102
Estoques		954	947
Créditos Diversos		1.127	1.099
Despesas Pagas Antecipadamente		110	31
Total do Circulante		89.219	51.414
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais	6	1.676	3.866
Total do Realizável a Longo Prazo		1.676	3.866
PERMANENTE			
Imobilizado	7	1.342.869	1.283.437
Intangível	8	863.098	822.237
Total do Permanente		2.205.967	2.105.674
Total do não Circulante		2.207.643	2.109.540
TOTAL DO ATIVO		2.296.862	2.160.954

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.



BALANÇO PATRIMONIAL
(Expresso em R\$ mil)

PASSIVO

		31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	26.138	21.537
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	8.425	6.997
Provisão para Férias e Encargos		9.537	8.353
Contas a Pagar		4.942	2.673
Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes)	11	5.090	3.663
Total do Circulante		54.132	43.223
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	713	1.215
Depósitos Judiciais		2.517	2.694
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	12	116.878	142.297
Retenções Contratuais		203	228
Projeto PNUD - Ônibus a Célula de Hidrogênio		13.711	13.711
Total do não Circulante		134.022	160.145
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital Autorizado		2.806.418	2.806.418
Capital a Subscriver		(397.525)	(397.525)
Capital Integralizado		2.408.893	2.408.893
Capital Atualizado		2.408.893	2.408.893
Reserva de Incentivos Fiscais		64	64
Prejuízos Acumulados		(431.706)	(447.618)
Ajustes Patrimoniais		(176.811)	(176.811)
Adiantamento para Aumento de Capital		308.268	173.058
Total do Patrimônio Líquido		2.108.708	1.957.586
TOTAL DO PASSIVO		2.296.862	2.160.954

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Expressa em R\$ mil)

		31.12.2022	31.12.2021
Receita Operacional Líquida	15	159.700	114.313
Custo dos Serviços Prestados	18	(76.476)	(71.088)
Resultado Bruto antes da Depreciação e Amortização		83.224	43.225
Depreciação e Amortização sobre Obras e Terminais	18	(31.599)	(31.590)
Resultado Operacional Bruto		51.625	11.635
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e Administrativas	18	(15.786)	(50.035)
Provisão para Contingência	18	(21.057)	(2.401)
Outras Receitas Operacionais	16	4.734	4.832
Outras Despesas Operacionais	17	(5.487)	(9.955)
Variações Monetárias Passivas		(530)	(405)
Baixa de bens do Ativo Permanente		7	3
Receita da Doações Bens Ativo Imobilizado		2	-
		(38.117)	(57.961)
Resultado antes do Resultado Financeiro		13.508	(46.326)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	19	4.244	1.576
Despesas Financeiras	19	(567)	(226)
Resultado Financeiro Líquido		3.677	1.350
Prejuízo Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		17.185	(44.976)
Imposto de Renda		(928)	
Contribuição Social sobre o Lucro		(345)	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		15.912	(44.976)
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações		0,01	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Expressa em R\$ mil)

Descrição	Capital Atualizado			Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamentos para Aumento de Capital	Ajuste Patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
	Autorizado	A Integralizar	Total					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.806.418	(397.525)	2.408.893	64	121.527	(178.060)	(402.642)	1.949.782
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	1.249	-	1.249
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	51.531	-	-	51.531
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(44.976)	(44.976)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.806.418	(397.525)	2.408.893	64	173.058	(176.811)	(447.618)	1.957.586
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	135.210	-	-	135.210
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	15.912	15.912
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.806.418	(397.525)	2.408.893	64	308.268	(176.811)	(431.706)	2.108.708

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Expressa em R\$ mil)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
SALDO INICIAL DO DISPONÍVEL	18.059	18.578
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	15.912	(44.976)
Ajuste por Itens que não afetam o Caixa		
Depreciação e Amortização	36.557	40.870
Constituição (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	3.393	(1.608)
Total	55.862	(5.714)
VARIAÇÕES DO ATIVO		
Contas a Receber	(13.752)	(2.900)
Créditos Fiscais a Recuperar	(508)	132
Estoque	(7)	(712)
Créditos Diversos	(29)	(73)
Despesas Pagas Antecipadamente	(78)	338
Total	(14.374)	(3.215)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
Fornecedores	4.600	8.414
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	1.428	601
Provisão de Férias	1.184	668
Contas a Pagar	2.269	(1.417)
Projeto Ônibus a Célula de Hidrogênio	-	13.711
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	(25.419)	95
Recebimento Antecipado (VTs/Bilhetes)	1.428	(1.703)
Total	(14.510)	20.369
Total das Atividades Operacionais	26.978	11.440
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Depósitos Judiciais	2.190	(114)
Imobilizado	(78.154)	16.818
Intangível	(58.696)	(80.955)
Total das Atividades de Investimento	(134.660)	(64.251)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Fornecedores	(502)	(502)
Depósitos Judiciais	(177)	14
Retenção Contratual	(26)	
Ajuste Patrimonial	-	1.249
Adiantamento para Aumento de Capital	135.210	51.531
Total das Atividades de Financiamento	134.505	52.292
(=) Aumento (diminuição) de caixa e de equivalente de caixa	26.823	(519)
SALDO FINAL DO DISPONÍVEL	44.882	18.059

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

**DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

	<u>31.12.2022</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>%</u>
RECEITAS	179.222		123.232	
Vendas de Serviços	175.829		124.840	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.393		(1.608)	
INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS	(9.804)		(25.391)	
Custo dos Serviços Prestados	(19.251)		(17.096)	
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	9.447		(8.295)	
RETENÇÕES	(32.391)		(38.070)	
Depreciação, Amortização e exaustão	(32.391)		(38.070)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	137.027		59.771	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.988		6.412	
Receitas Financeiras	8.988		6.412	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	146.015		66.183	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	146.015		66.183	
Pessoal e Encargos	87.921	60,21	79.520	120,16
Impostos, Taxas e Contribuições	33.475	22,93	24.383	36,84
Juros e Aluguéis	8.707	5,96	7.256	10,96
Prejuízo do Exercício	15.912	10,90	(44.976)	(67,96)

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Expresso em R\$ mil)

Nota	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.912	(44.976)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	<u>15.912</u>	<u>(44.976)</u>

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, é uma sociedade por ações, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMPLASA em 1980, por meio do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Companhia, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Dentre as atividades delegadas a principal refere-se à determinação para que a EMTU/SP procedesse à implantação e construção dos Corredores Metropolitanos; para fazer face à essa obrigação, o Estado aporta os recursos necessários à execução das obras, inicialmente como Adiantamento para Aumento de Capital e posteriormente com a incorporação desses valores ao Capital Social da Companhia.

A Companhia tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei 13.303/16. Com essa operação societária, a companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Entre os principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, destacamos:

i) Impactos Gerados pela Pandemia da COVID-19

A pandemia do novo corona vírus (COVID-19) afetou profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, que são reflexo da redução na demanda por bens e serviços. Diante disso, a partir do exercício de 2020, a Administração da Companhia emitiu normas e procedimentos que tinham o objetivo de garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, econômico-financeiras e técnica.

Ademais, o decreto 64.879 de 20 de março de 2020 publicado pelo Governo do Estado de São Paulo reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo. Como consequência, foi decretado o estado de quarentena, onde diversas atividades econômicas foram

suspensas com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas e, conseqüentemente, diminuir a disseminação do COVID-19.

Diante do cenário de agravamento da pandemia a partir do segundo semestre de 2020, as atividades econômicas da Companhia foram afetadas de forma significativa com o impacto financeiro direto na sua arrecadação, tendo em vista a redução substancial na quantidade de passageiros transportados que ocasionou uma importante redução em suas receitas operacionais, com *reflexos significativos nos fluxos de caixa na Companhia* que, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, anterior à pandemia, sofreram redução no montante de R\$ 42.179 até 31 de dezembro de 2021 (R\$ 41.660 em 2020) e nas receitas uma redução na ordem de R\$ 24.287 (R\$ 44.204 em 2020).

Como parte das medidas de enfrentamento à Pandemia COVID 19, em 12 de agosto de 2020, o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do Ofício conjunto SEFAZ/SPOG nº 007/2020 o Projeto de Lei nº 529/2020 que tem por finalidade viabilizar uma série de medidas que objetivem o enfrentamento da grave situação fiscal vivenciada pelo Estado em detrimento dos efeitos da Pandemia COVID-19 sobre suas receitas públicas.

Dentre as medidas propostas pelo Governo Estadual, está a extinção de uma série de entidades descentralizadas, sendo que no caso da EMTU/SP houve a autorização para extinção, sem que de fato tenha sido tomadas decisões no sentido de efetivamente dar-se início ao processo. Como justificativa para uma possível extinção da Companhia, foi o fato de que a atual estrutura do Estado, a ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo, já executa atividades de gerenciamento de contratos de concessão de operação de rodovias, sendo que a junção da gestão dos contratos de concessão dos transportes de passageiros em uma única entidade traria a racionalização dos trabalhos.

Com isso, os ativos (bens móveis e imóveis) remanescentes da EMTU/SP, após processo de uma eventual dissolução, liquidação e extinção da Companhia, poderão ser transferidos ao Estado e poderão, conforme consta no referido Projeto de Lei, bem como poderão ser alienados ou destinados a outros usos de interesse público.

O referido projeto de Lei foi aprovado em 15 de outubro de 2020 e, conseqüentemente, promulgada a Lei Estadual nº 17.293 que autorizou, conforme mencionado anteriormente, o poder executivo a adotar providências necessárias a promover a extinção da Companhia. Conforme artigo 2º (segundo) da referida lei, caso seja efetivamente decidido pela extinção da Companhia, a adoção das providências deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias prorrogável por até duas vezes por igual período.

Nesse sentido, até a emissão destas demonstrações financeiras, não haviam sido adotadas medidas relacionadas aos procedimentos para dar início à extinção da Companhia, bem como não havia evidências que o Governo do Estado irá fazê-lo. Portanto, a Administração mantém suas atividades operacionais normais e continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, essas demonstrações não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Ainda não há evidências que o Governo do Estado de São Paulo irá proceder à extinção da Companhia, cujo cenário atual demonstra estar indefinido se de fato será iniciado um processo de extinção conforme autorizado pela Lei 17.293/2020.

Durante o exercício de 2022, com o arrefecimento nos casos registrados de Covid-19 e em razão da melhora dos indicadores epidemiológicos, o Governo do Estado de São Paulo flexibilizou o uso de máscara, bem como outras restrições sanitárias, o que contribuiu para a continuidade na retomada da atividade operacional, que pode ser verificado pelo aumento nas receitas e resultado

operacional líquido da Companhia no comparativo com o mesmo período do exercício anterior que ainda estava sendo impactado pelo efeitos da pandemia.

Não obstante, a Companhia continua promovendo ações de controle rigorosas para garantir a manutenção de suas atividades operacionais e empenha todos os esforços necessários para minimizar os impactos refletidos na atividade operacional, bem como para manter a segurança sanitária de seus colaboradores com a observação dos protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades sanitárias, bem como adotando o modelo híbrido em relação ao uso da máscara.

ii) Aumento das receitas

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos, realizou repasses para as empresas operadoras de transporte intermunicipal a título de reequilíbrio econômico e financeiro, valores estes previstos nos contratos de concessão, haja vista não ter ocorrido reajustes tarifários desde o ano de 2020. Também consta nesses reequilíbrios, valores referentes ao déficit entre a tarifa de remuneração e tarifa pública.

A taxa de fiscalização da EMTU/SP está compreendida dentro da tarifa pública e dentro da tarifa de remuneração o que faz com que as receitas da empresa também tivessem um incremento nos montantes realizados até 31 de dezembro de 2022. Tal situação foi determinante para apresentação de resultado positivo no exercício.

iii) Atualização do CNAE

Ao final do exercício de 2022, foi autorizada pela Administração a atualização do CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica), onde a EMTU/SP passará a apresentar sua atividade como Empresa Pública Reguladora de Atividade Econômica e não mais como operadora de transporte de passageiros.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

2.1. Declaração de conformidade.

As demonstrações contábeis foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

2.2. Apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentados em milhares de reais de forma comparativa, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e

premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

IRPJ E CSLL correntes

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados à alíquota de 15% e 9% respectivamente, que incidem sobre as bases de cálculo tributáveis correspondentes. Há ainda aplicação de alíquota adicional de 10% sobre a base tributável, excedente a R\$ 240 mil/ano de base, relativamente ao IRPJ.

A opção da Companhia foi pelo Lucro Real Anual, utilizando balancete de suspensão/redução para apuração de eventuais valores a título de antecipação recolhidos por estimativa.

IRPJ E CSLL diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

2.5. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

2.6. Adoção dos pronunciamentos técnicos e convergência às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS

A companhia elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2014, portanto as informações comparativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 estão sendo reapresentadas de acordo com as novas práticas contábeis e legislação vigente.

O valor total de ajuste no Imobilizado e Intangível, decorrente da reavaliação dos critérios de depreciação dos ativos, foi de R\$ 4.877, lançados em 1º de janeiro de 2014 e evidenciados no Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas pela EMTU/SP na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Contexto geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

i) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os saldos de aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado.

iii) Impairment de ativos financeiros

A Companhia adota a metodologia de redução do valor contábil de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia, em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mensurava as perdas esperadas de crédito por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

c) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros entre as categorias custo amortizado ou valor justo por meio do resultado a depender do propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos. Inclui o saldo de fornecedores, contas a pagar e recebimentos antecipados.

3.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

3.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

3.5 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo os custos com implantação do Corredor Metropolitano Noroeste – RMC, os Corredores Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e o Sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) da Baixada Santista.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme nota explicativa nº 7.

A Companhia optou por avaliar os seus ativos pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2014 (01.01.2014). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), líquida dos efeitos fiscais (nota explicativa nº 7).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

3.6 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, os custos de projetos de terminais e os custos relacionados aos corredores pré-estruturais. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota Explicativa nº 8).

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

3.7 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - Impairment

Os bens do ativo imobilizado e intangível foram submetidos à revisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e não foram identificadas evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, eventuais alterações materiais no ciclo normal dos negócios que possam indicar a probabilidade de perdas.

Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, conseqüentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano.

Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações contábeis.

3.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.9 Provisões para contencioso judicial e administrativo, ativos e passivos contingente.

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 12.

a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

b) Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da companhia para as causas cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 116.878 mil em 31 de dezembro de 2022, conforme Nota Explicativa nº 12.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 6, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores jurídicos.

3.10 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) – corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

3.11 Remuneração e encargos sociais

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.13 Receitas de contratos com clientes

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de gerenciamento e fretamento, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.14 Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

3.15 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

- a) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

b) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

3.16 Imunidade Tributária Recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal

É a vedação às pessoas políticas para instituir impostos sobre patrimônio, renda e serviços públicos umas das outras, estendendo esta exoneração tributária às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Em 2021 o Supremo Tribunal Federal - STF reafirmou a jurisprudência estendendo o benefício às empresas públicas em razão da natureza das atividades por elas desenvolvidas, quando tratar-se de atividades tipicamente de Estado - Leading Case RE1320054 - Tema 1140.

A EMTU/SP realizou estudo para o aproveitamento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, bem como obteve o reconhecimento administrativo da Imunidade Tributária Recíproca, disposta no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, com relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos imóveis de sua propriedade e/ou posse, situados nos Municípios de Carapicuíba, Hortolândia, Praia Grande e Sumaré.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa e Bancos	2.077	1.640
Aplicações Financeiras	42.805	16.419
TOTAL	44.882	18.059

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria dos Transportes Metropolitanos (c)	952		1.424	-
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	10.847	1.439	9.811	1.439
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (b)	14.113		12.527	-
Ressarcimento de Despesas	26.420		17.383	-
Fretamento das Regiões Metropolitanas	39		1.996	-
Monitoramento	188		188	-
Auto de Infração e Sanção de Multa	323		728	-
ABC Sistema de Transporte SPE S/A (antiga Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda) (a)	1.136		782	-
Outros Créditos	8.739	278	7.434	279
(-) Créditos Vencidos e não Recebidos (d)	(21.222)	(1.717)	(21.097)	(1.718)
TOTAIS	41.535	-	31.176	-

- a) O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitano de Trolebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infraestrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos. Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes as funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário. Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S/A. (antiga Metra), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.
- b) Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 – Programa Ligado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), com o objetivo de ampliar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais das escolas da rede pública estadual bem como daqueles atendidos por entidades assistenciais conveniadas com a SEE, tendo em vista ainda, a necessidade de garantir o atendimento e o cumprimento da Resolução SE nº 29 de 09/05/2011, como também o acordo judicial, Ação Pública nº 583.00.2009.122559-6, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a EMTU/SP e a SEE se viram compelidas a prestar os serviços durante o período de 08 de julho a 04 de setembro de 2014, sem cobertura do novo convênio.
- c) Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes

Metropolitanos R\$ 952 (R\$ 589 em 2021). No exercício de 2021 o valor de R\$ 835, refere-se a custo com operação de infraestrutura totalizando o valor de R\$ 1.424. Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023.

- d) A Companhia mantém contabilizado a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 22.939 (R\$ 22.815 em 2021). Os títulos cujas perdas foram reconhecidas referem-se substancialmente àqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2022	31.12.2021
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Depósitos Judiciais – Justiça do Trabalho.	946	2.767
Depósitos Judiciais – Cíveis e Fiscais.	730	1.099
TOTAIS	1.676	3.866

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

7. IMOBILIZADO

	31.12.2022					2021
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	10	1.288	(1.207)	81	64
Terrenos	-	-	133.868	-	133.868	133.868
Edificações	1,1866% a 1,2400%	70	17.989	(1.915)	16.074	16.331
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	70	426.103	(81.251)	344.852	347.665
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	6.845	(4.511)	2.334	2.277
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.500	(4.500)	-	-
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	50	485.743	(96.218)	389.525	399.240
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	4.116	(3.619)	497	496
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	3.013	(2.632)	381	461
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	(30.040)	9.016	9.351
Imobilizações em Andamento	0%	-	427.560	-	427.560	353.005
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	0%	-	16.811	-	16.811	16.811
Instalações	10%	10	1.524	(1.433)	91	101
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	(9.104)	1.779	3.767
TOTAIS			1.579.299	(236.430)	1.342.869	1.283.437

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

Ativo imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém registrado no Ativo Imobilizado o montante de R\$ 427.560 (R\$ 353.005 em dezembro de 2021), referente à Imobilizado em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Obras em andamento – São Paulo	190.708	157.845
Obras em Andamento – Baixada Santista	213.663	125.094
Obras em Andamento – Campinas	20.564	67.441
Obras em Andamento – Vale do Paraíba	1.073	1.073
Obras em Andamento – Sorocaba	1.552	1.552
TOTAIS	427.560	353.005

A Companhia, por meio dos seus Departamentos Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas dos bens transferidos.

O referido trabalho resultou, até 31 de dezembro 2019, na transferência do montante de R\$ 905.883 para o imobilizado em uso referente ao VLT Baixada Santista e das obras relativas aos corredores metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Campinas e Baixada Santista, que já possuem trechos em operação e R\$ 867.930, para o ativo intangível relacionado aos corredores metropolitanos.

7.1 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados – Impairment Test

De acordo com as Normas de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em vigor, a “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, dos itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, conseqüentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano. Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor

recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações.

Por serem investimentos que tem finalidade social, a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas, não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados na Companhia.

7.2 Vida útil econômica dos bens e Valor Residual

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas avaliações quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia, foram alterados e, conseqüentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo imobilizado que determinou a alteração das suas respectivas vidas úteis, houve ajustes realizados no resultado do exercício de 2021 em função da alteração dos valores da depreciação, no montante de R\$ 5.811.

As vidas úteis estimadas para os períodos subseqüentes são as seguintes:

		<u>Até dezembro de 2022</u>	
		Estimada	Definida
01.03.02.01.00	Veículos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.01.05	Sistema de Alimentação Elétrica	10 - 30 anos	30 anos
01.03.02.02.00	Imóveis	25 - 70 anos	70 anos
01.03.02.02.05	Sistema de Controle	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.03.00	Máquinas Aparelhos e Equipamentos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.03.05	Sistema de Telecomunicações	10 - 25 anos	25 anos
01.03.02.04.00	Móveis e Utensílios	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.04.05	Sistema de Equipamentos Auxiliar	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.05.00	Equipamentos de Processamento de Dados	02 - 05 anos	05 anos
01.03.02.05.05	Sistema de Equipamentos de Manutenção	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.06.00	Instalações	05 - 10 anos	10 anos

8. INTANGÍVEL

	31.12.2022					2021
	Taxa de Amortização	Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	5.708	(5.598)	110	190
Marcas e Patentes	-	-	12	-	12	9
Projetos de Desenvolvimento e Sistema Trólebus	5%	20	17.067	(17.067)	-	-
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	464	-	464	464
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	2.050	(435)	1.615	1.615
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	70	1.100.935	(240.038)	860.897	819.959
TOTAIS			1.126.236	(263.138)	863.098	822.237

As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo intangível que determinou a alteração das suas respectivas vidas úteis, houve ajustes realizados no resultado do exercício de 2021 em função da alteração dos valores da depreciação, no montante de R\$ 24.510.

Em decorrência das transferências durante o exercício de 2019 foi contabilizado o montante de R\$ 131.131 relativo à amortização dos custos com corredores metropolitanos transferidos para o ativo intangível, sendo que desse montante R\$ 96.414 foram contabilizados como ajuste de exercícios anteriores e R\$ 34.717 no resultado do exercício.

8.1 Avaliação de recuperação dos ativos intangíveis – *impairment test*

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangíveis e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Ademais, conforme mencionado anteriormente, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequente, de caixa, sofre interferência de políticas público-sociais.

Nesse sentido a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas que deram origem a esses ativos intangíveis (Corredores Metropolitanos), não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos intangíveis utilizados em suas operações não são recuperáveis, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2022, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas que deram origem aos principais saldos relativos ao ativo intangível ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos intangíveis registrados na Companhia.

9. FORNECEDORES

	31.12.2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria da Receita Federal - Refis	502	377	502	879
CMT	-	-	1.410	-
Serviço Especial - Ligado	13.521	-	11.944	-
Remição/Remição RTO/Sênior	584	-	1.354	-
Programa Passe Livre	2.684	-	706	-
Porto Seguro	1.474	-	1.214	-
TB	833	-	578	-
Noxxon	238	-	230	-
Ame	255	-	-	-
Metra Sistema Metropolitano	3	-	100	-
Benner	28	-	53	-
Sodexo	-	-	426	-
Ticket	148	-	151	-
Reequilíbrio	-	-	-	-
Outros	5.868	336	2.869	336
TOTAIS	26.138	713	21.537	1.215

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Salários e ordenados a pagar	1.881	1.698
Pensão alimentícia a pagar	21	24
Honorários diretoria e conselhos a pagar	114	125
Rescisões trabalhistas a pagar	23	57
INSS a recolher	1.812	1.550
FGTS a recolher	626	430
Mensalidade sindical a pagar	2	1
Verba de sucumbência a pagar	27	27
Empréstimo consignado a pagar	134	120
Obrigações Trabalhistas	4.640	4.032
IRRF a recolher	2.109	1.753
ISS retido na fonte a recolher	177	135
Pasep a pagar	187	129
Cofins a pagar	869	597
INSS retido na fonte a recolher	264	204
Pis/Cofins/CSLL retidos a recolher	179	147
Obrigações Fiscais	3.785	2.965
Total	8.425	6.997

Em 23 de agosto de 2022 a Administração da EMTU/SP por meio dos seus assessores jurídicos impetraram Ação Cível de Procedimento Comum contra a União Federal – Fazenda Nacional, na 8ª Vara Cível Federal de São Paulo (AÇÃO DECLARATÓRIA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CUMULADA COM AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO COM PEDIDO LIMINAR) objetivando obter o benefício da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “a” da Constituição Federal, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, delegatárias de serviços públicos essenciais, são beneficiárias de imunidade tributária recíproca, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço, cuja decisão foi proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1320054, com trânsito em julgado em 31 de maio de 2021.

Além da declaração da imunidade tributária quanto ao IRPJ e à CSLL com pedido de liminar, foi requerido i) a restituição dos valores eventualmente recolhidos dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2022; ii) a restituição dos valores já eventualmente recolhidos corrigidos pelos índices oficiais; iii) a restituição de eventuais outros valores por ela recolhidos a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, posteriores ao ajuizamento da presente ação, valores estes, devidamente corrigidos pelos índices oficiais; e iv) condenar a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, a serem arbitrados pelo juízo. O valor atribuído à causa é no montante de R\$ 3.200.

Em 19 de outubro de 2022 a União Federal – Fazenda Nacional apresentou contestação ao pleito, requerendo a improcedência com a sua condenação no pagamento de custas e honorários advocatícios, sendo que em 26 de outubro de 2022 houve decisão desfavorável à EMTU/SP em relação à concessão de tutela antecipada, intimando às partes à manifestação quanto ao interesse na produção de provas.

Nesse contexto, a Administração da Companhia manteve a opção, de forma conservadora, em provisionar e recolher o IRPJ e a CSLL apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, até que se tenha garantias que tal benefício poderá ser atribuído à EMTU/SP.

11. RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Recebimentos antecipados (VT's Bilhetes e Convênios)	5.090	3.663

O valor de R\$ 5.090 (R\$ 3.663 em 2021) refere-se a recebimentos relativos à comercialização pela EMTU/SP de Vales Transporte faciais, conforme Lei Federal nº 7.418/85 que criou o Vale-Transporte e mediante a Resolução STM nº 083/07, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que incumbiu por delegação a EMTU/SP de administrar, operacionalizar e emitir os VT's, e de convênios/contrato com a Secretaria de Estado da Educação - SEE e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, entre outros.

12. PASSIVO CONTINGENTE (CÍVEL E TRABALHISTA)

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cível, tributária e trabalhista. A Administração da Companhia reconhece provisões nas demonstrações contábeis de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos. O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Trabalhistas	1.421	3.697
Cíveis e Fiscais	115.457	138.600
TOTAIS	116.878	142.297

12.1 Processos trabalhistas

A Companhia efetua a constituição da provisão para contingências trabalhistas, considerando o parecer do departamento jurídico, de acordo com os riscos de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura no polo passivo em 112 (126 em 2021) processos de natureza trabalhista. A movimentação das ações trabalhistas durante o exercício findo em 31/12/2022, está assim apresentada:

Processos trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.697
Adições	93
Liquidações e/ou baixas	(2.139)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	(230)
TOTAIS	1.421

12.2 Processos Cíveis e fiscais

A Companhia efetua a constituição da provisão para contingências cíveis e fiscais, considerando o parecer do departamento jurídico, de acordo com os riscos de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura no polo passivo em 101 (132 em 2021) processos de natureza trabalhista. A movimentação das ações trabalhistas durante o exercício findo em 31/12/2022, está assim apresentada:

Processos cíveis e fiscais

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	138.600
Adições	969
Liquidações e/ou baixas	(5.106)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	(19.006)
TOTAIS	115.457

Explicação sobre as naturezas das principais ações cíveis provisionadas

- **SINFRET:** Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a Companhia procedeu ao provisionamento do montante de R\$ 39.700, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo – SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RESEGE Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente à referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos veículos. Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de Lei e não por meio de Resolução. Em 2020, com base na informação dos assessores jurídicos da Companhia, houve uma atualização de R\$ 34.187, totalizando o valor do processo para R\$ 73.886 (incremento de R\$ 39.699). No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, segundo relatório dos assessores jurídicos da EMTU/SP, consta que foram esgotados todos os recursos e o valor do processo foi atualizado no valor de R\$ 46.707. Consequentemente, o montante contabilizado dessa provisão foi ajustado no valor R\$ 26.923;
- **Consórcio Expresso VLT Baixada Santista I e II:** constituído durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 4.919, referente ao pedido de ressarcimento por suposto atraso no pagamento das medições dos serviços apresentadas à EMTU/SP. Em 31 de dezembro de 2022 a provisão relacionada à essa ação é de R\$ 9.998;
- **Consórcio Ferreira Guedes – Araguaia:** Ação movida no valor de R\$ 17.473 que cobra ressarcimento por alegados prejuízos e custos adicionais suportados pelo autor em razão da prorrogação do prazo para execução contratual. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo permanece sem alterações.;
- **Consórcio Corredor 4 Itapevi:** Provisão constituída no montante de R\$ 16.768 (R\$ 5.762 em 2019) relativa a multas e descumprimentos contratuais e cobrança por serviços não pagos por ausência de previsão contratual, perdas e danos. Ação julgada procedente para condenar a ré ao pagamento de R\$ 5.438 (agosto/2012) acrescidos de correção monetária, além de indenização por lucros cessantes em razão da rescisão contratual, que deverão ser apurados na fase de liquidação. Em 31 de dezembro de 2022 a provisão relacionada à essa ação é de R\$ 22.754;
- **Construtora Queiroz Galvão:** Provisão constituída no montante de R\$ 2.521 relativa à ação de cobrança buscando a condenação da EMTU/SP ao pagamento de correção monetária e juros moratórios dos pagamentos das medições do Contrato EMTU/SP nº 023/2015 (Concorrência EMTU/SP nº 001/2015) que teriam sido realizados com atraso (datas prorrogadas de vencimento). A perícia contábil constatou o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. A sentença acolheu as conclusões técnicas da perícia e julgou procedente a ação para condenar a EMTU/SP ao pagamento de R\$ 2.439, acrescido de juros e correção, reembolso de custas e despesas, e honorários advocatícios de 5% do valor da condenação conforme previsto para a Fazenda Pública. Embargos de declaração opostos pela EMTU/SP e pela Construtora.
- **Consórcio Eletro-Três:** Provisão constituída no montante de R\$ 2.000 relativa à ação de ressarcimento aos cofres em razão do acórdão do TCE/SP julgando irregulares os aditamentos celebrados no contrato 28/92.

12.3 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois

envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou pouco provável, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Trabalhistas	4.713	7.986
Cíveis e Fiscais	14.763	20.659
TOTAIS	19.476	28.645

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

a) Composição dos Saldos - Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 estão identificados a seguir:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
<u>Disponibilidades e recebíveis</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	44.882	18.059
Contas a receber de clientes	41.535	31.176
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	26.138	21.537
Contas a pagar	4.942	2.673
Recebimentos antecipados	5.090	3.663

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável,

as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 para os instrumentos financeiros da Companhia representados pelos grupos Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de “Custo Amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1). Para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

Recebimento Antecipado - Os saldos relativos a recebimentos antecipados têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis e possui, em contrapartida, o valor correspondente à obrigação disponível em aplicação financeira.

c) Gerenciamento de risco

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito.

- Risco de Liquidez – é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto o Parcelamento REFIS, à dívida relacionada ao ICMS sobre tração e as obrigações decorrentes do Projeto PNUD – Ônibus a Célula de Hidrogênio, são exigíveis em curto prazo.

- Risco de Crédito – decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado é representado por 240.889.266.402 ações ordinárias de classe única, nominativas, totalizando em 31.12.2022 o valor de R\$ 2.408.893 (R\$ 2.408.893 em 2021), tendo como acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

b) Ajustes Patrimoniais - Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, avaliação iniciada no balanço de abertura de 2014, bem como os valores relativos a ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 183.159 contabilizados durante o exercício de 2019 em decorrência do reconhecimento de depreciação e amortização de exercícios anteriores, tendo em vista a transferência do ativo imobilizado em andamento para ativo imobilizado em uso e para o ativo intangível. Sendo que após a contabilização, o saldo vem sofrendo amortização periódica, e em dezembro de 2022 o saldo registrado na rubrica era de R\$ 176.811.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Em 31.12.2022, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 308.268 (R\$ 173.058 em 31.12.2021) relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

d) Lucro (prejuízo por ação) - O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

e) Destinação do resultado e dividendos – O artigo 44 do Estatuto Social, bem como o artigo 3.1.4 da Política de Dividendos da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa um dividendo mínimo obrigatório às suas ações ordinárias correspondente a 25% do lucro líquido, do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

15. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, bem como com empresas/entidades a ele relacionadas, conforme previsto no inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/16. Em 31 de dezembro de 2022, essas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

Valores a Receber

Os valores a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.

Gratuidade – Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Referem-se a transações realizadas com a Secretaria de Transporte Metropolitanos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre). Em 2020, por meio dos Decretos 65.414 de 22 de dezembro de 2020, que revoga a gratuidade do transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade

(Sênior Paulista) e do Decreto 65.455 de 30 de dezembro de 2020 que altera o início da revogação.

Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transportes que atendem a esses referidos programas, não transitam pelo resultado.

Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023.

Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrado na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, sendo que os gastos realizados pela EMTU/SP são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, e está limitada à remuneração do Governador do Estado.

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos executivos, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

A Diretoria executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada na base *pro rata temporis*, em dezembro de cada ano.

Os benefícios pagos aos Diretores são: vale refeição, alimentação, seguro de vida e assistência médica/hospitalar, descanso anual de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Convênio SEC – Serviço Especial Conveniado – LIGADO

Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que têm como objetivo transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, são atendidos os alunos que fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas e/ou Credenciadas com a SEE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Campinas (RMC).

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com taxas e tarifas – operação do sistema e Trólebus	17.854	14.143
Gerenciamento, Fretamento e Apreensão – Regiões Metropolitanas		
Gerenciamento e Multa – Concessão	29.356	28.763
Receitas com locação e sublocação de imóveis	111.684	63.154
Carteira Transporte Escolar Metropolitano	12.272	5.960
Receitas diversas ^(a)	2.886	1.434
	1.777	11.385
SUBTOTAL	175.829	124.839
DEDUÇÕES E IMPOSTOS		
Impostos sobre a receita bruta ^(b)	(16.129)	(10.526)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	159.700	114.313

a) Em 31 de dezembro de 2022 inclui o montante de R\$ 1.459 (R\$ 11.042 em 2021), referente à reversão e recebimento de perdas esperadas na realização de créditos com clientes (reversão da PCLD);

b) Inclui o montante de R\$ 2.877 (R\$ 1.877 em 2021) e R\$ 13.252 (R\$ 8.648 em 2021), respectivamente, referente ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre as receitas da Companhia.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 4.734 registrado em 2022 (R\$ 4.832 em 2021) contabilizado como Outras Receitas Operacionais, R\$ 4.581 (R\$ 4.362 em 2021) se refere ao ressarcimento de gastos com Terminais e Outros.

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 5.487 registrado em 2022 (R\$ 9.955 em 2021), contabilizado como Outras Despesas Operacionais, R\$ 4.852 (R\$ 9.435 em 2021) se refere à constituição por estimativa (perdas esperadas) da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, apurada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Pessoal	55.094	47.789
Materiais	212	160
Utilidades e serviços	20.269	16.632
Depreciação e amortização	32.090	37.817
Gastos gerais	410	280
SUBTOTAL	108.075	102.678
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Pessoal	47.627	42.031
Materiais	237	160
Utilidades e serviços	9.640	8.869
Depreciação e amortização	301	243
Gastos gerais	94	77
Provisões contingenciais	(21.056)	1.046
SUBTOTAL	36.843	52.436
TOTAIS	144.918	155.114

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receita de aplicações financeiras	3.565	548
Descontos e abatimentos	97	195
Juros e encargos ativos	582	833
SUBTOTAL	4.244	1.576
DESPESAS FINANCEIRAS		
Bancárias	(457)	(224)
Encargos por atraso e IOF	(110)	(2)
SUBTOTAL	(567)	(226)
TOTAIS	3.677	1.350

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 08 de fevereiro de 2.023.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as companhias que têm ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista a relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.

Mensuração do Ativo Imobilizado e Intangível - Notas Explicativas n° 7 e 8

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém registrado no seu balanço patrimonial o montante de R\$ 2.205.967 mil (R\$ 2.105.674 mil em 2021) relativo ao seu ativo imobilizado e intangível líquidos, correspondentes à 96,04% (97,44% em 2021) do total do ativo registrado naquela data. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis que influenciam diretamente o resultado da atividade e conseqüentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível, e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado e ativo intangível com os saldos contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação e da amortização reconhecidas no exercício, com base nas vidas úteis determinadas pelo Laudo de Revisão das Vidas Úteis emitido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com os saldos contábeis; iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado e ativo intangível nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - Nota Explicativa n° 12

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa n° 12 das demonstrações contábeis, cujo montante contabilizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 116.878 (R\$ 142.297 em 2021), representados por R\$ 1.421 (R\$ 3.697 em 2021) referente a ações trabalhistas e R\$ 115.457 (R\$ 138.600 em 2021) referente a ações cíveis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas.

Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação do risco jurídico desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Ademais, a partir do exercício de 2019 houve adequação dos processos de classificação do risco jurídico de perda das ações que compõem as referidas provisões, com efeitos significativos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, principalmente relacionados a ações trabalhistas.

Como nossa Auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas para provisionar os valores em conformidade com prognóstico de perdas dos litígios; (b) Avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia; (c) avaliação da análise da probabilidade de perda, da documentação existente e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia por meio de confirmação com assessores internos; (d) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos internos da Companhia, (e) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (f) Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram por nós examinadas que sobre elas emitimos relatório datado de 14 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba Pr, 08 de fevereiro de 2023.

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 5193

Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI Nº 5344

Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254

BALANÇO SOCIAL

31 de dezembro de 2022 e 2021

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.

Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.

O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra o valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.

A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto – PIB do país.

Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrativo este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.

COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS

Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2022		31.12.2021	
	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA
Integração	66	1,14	39	1,08
Aperfeiçoamento Profissional	52	35,15	118	23,05
Especialização e Atualização	808	2,66	184	23,03
Capacitação e Reciclagem	379	1,50	134	20,32
Eventos	1.400	0,26	512	0,01
TOTAL – INDICADORES DE TREINAMENTO	2.705		987	
INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2022		31.12.2021	
Número de Cursos	23		20	
Empregados Treinados	2.705		987	
Homens / Horas	40,71		67,49	
INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)	17		29	

INDICADORES SOCIAIS	31.12.2022		31.12.2021	
	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS
SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO	462		428	-
Exame Admissional	11	-	4	-
Exame Demissional	7	-	23	-
Exame Periódico	444	-	401	-
SERVIÇO SOCIAL	29	14	18	14
Licença Maternidade	1	-	3	-
Licença Paternidade	3	-	1	-
Visita Social / Assistencial	2	-	-	-
Auxílio-Doença	12	-	5	-
Retorno ao Trabalho	6	-	2	-
Nascimentos	4	-	4	-
Falecimentos	1	14	3	14
QUALIDADE DE VIDA	571	210	474	169
Vacinação antigripal	276	210	203	169
Palestra/Saúde/Qvt	295	-	271	-
SEGURANÇA DO TRABALHO	61	-	242	40
SIPAT	57	-	205	40
CIPA	-	-	37	-
Número de Acidente de Trabalho	4	-	-	-
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS	1.123	224	1.162	223

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro. Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimulam iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.

1. BASE DE CÁLCULO	31.12.2022 (R\$ mil)	31.12.2021 (R\$ mil)
Receita Líquida (RL)	159.700	114.313
Resultado Operacional (RO)	51.625	11.635
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	82.081	74.417

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.419	6,60	3,39	4.955	6,94	4,33
Encargos Sociais Compulsórios	18.441	22,47	11,55	16.245	22,75	14,21
Saúde	15.928	19,41	9,97	12.886	18,04	11,27
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	43	0,05	0,03	59	0,08	0,05
Auxílio Creche	137	0,04	0,02	103	0,14	0,09
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	34	0,17	0,09	44	0,06	0,04
Outros	366	0,45	0,23	593	0,83	0,48
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	40.368			34.885		

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Centro Atendimento ao Passageiro Especial – CAPES	2.294	4,44	1,44	2.163	18,59	1,89
Serv. Especial Ligado – SEE	626	1,21	0,39	435	3,74	0,38
Outros	366	0,71	0,23	251	2,16	0,22
Total das contribuições para a sociedade	3.286	6,37	2,06	2.849		
Tributos (excluídos encargos sociais)	18.728			11.481		
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	22.014			14.330		

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada, adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando e/ou gerenciando projetos que levem a redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

4. INDICADORES AMBIENTAIS	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.809	3,50	1,13	1.695	14,57	1,48

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		
	31.12.2022	31.12.2021
Nº de empregados ao final do período	475	471
Nº de admissões durante o período	11	4
Nº de demissões durante o período	7	23
Nº de diretores ⁽¹⁾	2	3
Nº de empregados terceirizados requisitados	4	5
Nº de empregados terceirizados contratados (empresa) ⁽²⁾	259	274
Nº de estagiários	29	24
Nº de jovem aprendiz	17	12
Nº de empregados acima de 45 anos	350	340
Nº de diretores e requisitados acima de 45 anos	4	5
Efetivos por sexo: Homens ⁽³⁾	348	337
Mulheres	179	178
Efetivos por tempo de serviço – média/ano ⁽³⁾	15	15
Efetivos por faixa etária – média/ano ⁽³⁾	49	49
% de cargos de chefias ocupados por mulheres ⁽⁴⁾	23,50%	23,50%
Nº de negros/pardos que trabalham na empresa ⁽³⁾	108	107
% de cargos de chefia ocupados por negros/pardos ⁽⁴⁾	3,92%	3,92%
Número de Ações Trabalhistas movidas pelos empregados	4	3
Número de portadores de deficiência / necessidades especiais	4	4
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	9,9	9,9%

Observações:

- (1) Número de diretores nomeados.
(2) Empregados de empresas terceirizadas contratadas pela EMTU/SP
(3) Efetivo: incluem diretores, empregados, requisitados, estagiários e jovens aprendiz
(4) Cargos de Chefia: incluem diretores, gerentes, chefes de departamento e afins.

Áreas	2022	2021
<i>Locação de veículos auxiliares:</i>	64	66
<i>Manutenção Predial e Jardinagem</i>	22	27
<i>Portaria:</i>	40	44
<i>Limpeza:</i>	15	26
<i>Copeiragem:</i>	4	4
<i>Vigilância / Segurança:</i>	67	60
<i>Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs</i>	35	36
<i>Carteira de Passe Escolar Metropolitano (AME):</i>	4	5
<i>Gerenciamento de Obras</i>	5	3
<i>Malote e Mov. Correspondências:</i>	3	3
Total	259	274

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES		
	31.12.2022	31.12.2021
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores a empresa:	(X) não se envolve	(X) não se envolve
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) todos os empregados	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) são exigidos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário a empresa:	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações-críticas e denúncias de consumidores:	Na empresa: 15.682 No Procon: 177 Na justiça: 129	Na empresa: 9.488 No Procon: 88 Na justiça: 59
% de reclamações- críticas e denúncias atendidas:	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA	31.12.2022		31.12.2021	
Região Metropolitana de São Paulo	Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida	74.120	100	64.726	100
Informação	59.375	80,11	55.783	86,18
Reclamação	13.255	17,88	7.867	12,15
Sugestão	1.317	1,78	903	1,40
Elogios	150	0,20	147	0,23
Denúncia	23	0,03	26	0,04
Região Metropolitana da Baixada Santista				
Total de Ligação Recebida	5.997	100	3.179	100
Informação	4.621	77,06	2.561	80,56
Reclamação	1.153	19,23	506	15,92
Sugestão	183	3,05	91	2,86
Elogios	38	0,63	20	0,63
Denúncia	2	0,03	1	0,03
Região Metropolitana de Campinas				
Total de Ligação Recebida	3.345	100	2.920	100
Informação	2.295	69,00	2.029	69,49
Reclamação	807	24,13	706	24,18
Sugestão	234	7,00	177	6,06
Elogios	5	0,15	6	0,21
Denúncia	4	0,12	2	0,07
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte				
Total de Ligação Recebida	2.168	100	1.395	100
Informação	1.753	80,86	1.085	77,78
Reclamação	255	11,76	200	14,34
Sugestão	153	7,06	98	7,03
Elogios	2	0,09	7	0,50
Denúncia	5	0,23	5	0,36
Região Metropolitana de Sorocaba				
Total de Ligação Recebida	1.421	100	1.040	100
Informação	1.083	76,21	755	72,60
Reclamação	174	12,24	171	16,44
Sugestão	156	10,98	109	10,48
Elogios	4	0,28	1	0,10
Denúncia	4	0,28	4	0,38

VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	31.12.2022		31.12.2021	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	22,93%	Governo	36,84%	Governo
	10,90%	Acionistas	(67,96%)	Acionistas
	60,21%	Colaboradores	120,16%	Colaboradores
	5,96%	Terceiros	10,96%	Terceiros

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração da EMTU/SP

A administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguarção (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguarção Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de asseguarção para obter asseguarção razoável das informações sociais identificadas

Um trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2022, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

Os procedimentos aplicados compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2022;
- b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2022; e
- d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social de 2022 da EMTU/SP;

Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião na forma razoável.

Alcance e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2022 da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguarção sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Curitiba Pr , 08 de fevereiro de 2023.

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR N° 3.942/O-6
CVM N° 5193

Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI N° 5344

Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR N° 051096/O-0
CNAI N° 6254

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, infra-assinados, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas em lei, procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022, e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Resultado Abrangente, correspondentes ao exercício findo naquela data, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, e do Balanço Social. Baseados nesse exame, nas informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balancetes e, ainda, no pronunciamento dos Auditores Independentes, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembleia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMTU - 2022

Aos Conselheiros de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. é órgão estatutário composto por quatro membros independentes, atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto/SP 62.349/16 e aos Estatutos Sociais da EMTU.

Conforme o parágrafo 3º do art. 24 da Lei n. 13.303/16, o COAUD deverá se reunir de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

O COAUD não tem poder decisório ou atribuições executivas. As responsabilidades do COAUD são direcionadas ao cumprimento das atribuições legais aplicáveis e estatutárias, conforme seu Regimento Interno.

As funções do COAUD são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da administração da companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela conformidade, gerenciamento de riscos e de controles internos, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras e de acordo com suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2022

Em 2022 o COAUD reuniu-se em 26 (vinte e seis) reuniões e seus membros participaram de várias outras reuniões internas e eventos, seja por videoconferência ou presencialmente na sede e demais instalações da Companhia.

As reuniões são desenvolvidas com a discussão dos materiais técnicos e documentos disponibilizados com antecedência no Portal do COAUD bem como na recepção dos profissionais e responsáveis por vários departamentos da Companhia. As áreas de Auditoria Interna (AUD) e de Conformidade, Gestão de Risco e Controle Interno (ACI) participam de todas as reuniões do COAUD.

As pautas das reuniões do COAUD percorrem as suas atribuições previstas na lei, nos Estatutos e nas melhores práticas de governança corporativa. Todas as recomendações do COAUD são registradas em atas que são disponibilizadas para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Os extratos das atas, na forma do parágrafo 5º do art. 24 da Lei 13.303/16 estão disponíveis no website da Companhia.

Dentre os diversos assuntos abordados pelo COAUD, destacam-se: a) Auditoria Interna; b) Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno; c) Auditoria Independente; d) Qualidade das Demonstrações Contábeis; e) Área Financeira; f) Ouvidoria; g) Comitê de Ética; h) Canal de Denúncias; e i) Gerências e departamentos operacionais.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

O COAUD vem monitorando a efetividade dos controles internos através da atuação da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI), dos procedimentos efetuados pela Auditoria Interna (AUD), dos procedimentos efetuados pela auditoria independente e pelas indagações efetuadas pelos membros do COAUD aos responsáveis pelos principais departamentos da Companhia. No decorrer de 2022, os itens identificados pela ACI, AUD e auditoria independente foram discutidos e compuseram recomendações específicas.

Em 2022 foram aprimorados determinados controles internos das obras em andamento e do ativo imobilizado da Companhia. Cabe ressaltar, que os procedimentos de aprimoramento adotados pela Administração da Companhia deverão ser continuados em 2023, cujos eventuais efeitos nas demonstrações financeiras não podem ainda ser mensurados.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Comitê se reuniu com os auditores independentes, em agenda previamente acordada para a discussão dos principais procedimentos contábeis utilizados pela EMTU no encerramento das demonstrações financeiras trimestrais e anual, bem como, sobre o atendimento ao escopo do trabalho, das normas profissionais vigentes, dos sistemas de controles internos e da qualidade das demonstrações financeiras. Os assuntos identificados e as respectivas recomendações são registrados em atas e nos relatórios emitidos.

A firma Bazzaneze Auditores Independentes foi a vencedora do processo licitatório para os serviços de auditoria para o exercício de 2022. Como boa prática de governança, ao final do segundo semestre de 2022, o Conselho de Administração acatou recomendação do COAUD para início de processo licitatório de auditoria independente para o exercício de 2023 em diante que está em curso.

Não chegou ao nosso conhecimento qualquer outro fato que pudesse comprometer a independência, a integridade e a qualidade dos trabalhos de auditoria independente.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INTERNOS

A AUD concluiu os trabalhos previstos no PAINT 2022. A função de auditoria interna da Companhia foi aprimorada em 2022 e se comprova efetiva e eficiente nas atribuições previstas nas leis e nos Estatutos Sociais. Os resultados dos trabalhos da AUD estão evidenciados nos relatórios específicos e no Relatório Anual (RAINT), conforme apresentado no Conselho de Administração. Destaca-se ainda que a AUD vem realizando iniciativas para disseminação da cultura de auditoria interna como proteção e criação de valor envolvendo toda a Companhia, bem como, convidados de outras empresas e órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2022

O COAUD analisou os principais procedimentos que envolvem o processo de preparação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2022. As considerações sobre as informações trimestrais referentes a março/22, junho/22 e setembro/22 foram enviadas em relatórios específicos ao Conselho de Administração conforme dispõe a lei e os estatutos.

O COAUD analisou as informações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas e o Relatório da Auditoria Independente.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis foi elaborado pela firma BAZZANEZE Auditores Independentes S.S. com emissão de opinião sem modificação, sem ressalvas e sem parágrafo de ênfase, datado de 08 de fevereiro de 2023, de acordo com as normas profissionais aplicáveis ao trabalho de auditoria independente anual.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário da EMTU, no curso de suas atribuições legais e estatutárias, não identificou quaisquer outras situações de divergências significativas entre a Administração, o COAUD e os auditores independentes.

O COAUD considera que os assuntos pertinentes às suas competências que lhes foram dados a conhecer no curso de suas atividades estão reportados no presente relatório e recomenda que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022 sejam aprovadas e divulgadas na forma da legislação aplicável.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022 e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, bem como do Relatório da Administração e Balanço Social. Baseados nesse exame e nos pronunciamentos dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal, os Membros do Conselho de Administração são de parecer que essas peças, refletindo a situação das Contas da Empresa na data mencionada, reúnem condições para serem submetidas à apreciação e aprovação dos Acionistas.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente:	DANILO FERREIRA GOMES
Conselheiros:	PAULO DE MAGALHÃES BENTO GONÇALVES NEIVA APARECIDA DORETTO RUI DE BRITTO ALVARES AFFONSO GUSTAVO DE MAGALHÃES GAUDIE LEY HÉLIO FUMIO KUBATA
Conselheiros Independentes:	MARIA CRISTINA ALVARENGA TAVEIRA ANDRÉ DE ARAÚJO SOUZA JOÃO MAURÍCIO FERREIRA MACIEL
Conselheiro Representante dos Empregados:	LAÉRCIO BASÍLIO DA LUZ FILHO
CONSELHO FISCAL	
Membros:	DELSON JOSÉ AMADOR GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN GILSA EVA DE SOUZA COSTA REINALDO IAPEQUINO RICARDO FERRARO GECIAUSKAS
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador:	ANDRÉ DE ARAUJO SOUZA
Membros:	CARLOS HENRIQUE LACATIVA NATÁLIA REGINA PINHEIRO QUEIROZ MOACIR VIEIRA SERODIO FILHO
DIRETORIA	
Diretor de Gestão Operacional - Respondendo Interinamente pela Diretoria da Presidência:	FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor Administrativo e Financeiro:	GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor de Gestão Operacional:	FRANCISCO EIJI WAKEBE
VERA APARECIDA PIFFER Contadora CT-CRC-SP 1SP 145.904/O-2	